

EM TEMPO:

Periódico nacional • Ano VIII • N.º 202 • Julho de 1985 • Cr\$ 2.000,

Virgílio - Belo Horizonte



Raul - Porto Alegre

Suplicy - São Paulo

Definidos os candidatos às prefeituras

O PT PRONTO PARA A BRIGA!

Na campanha, a luta contra a Aliança Democrática Páginas 3, 5, 6, 7 e 8.

PLÁSTICOS - SP

**Chapa 2 derrotará o
peleguismo!**

Página 11

REPÚBLICA DOMINICANA

**A unificação das
forças revolucionárias**

Páginas 18 e 19



O presidente Sarney apresentou a sua emenda sobre a Assembleia Constituinte: a emenda não faz mais do que atribuir poderes constituintes ao futuro Congresso Nacional, a ser eleito em novembro de 1986 e instalado em 1987.

A emenda apresentada demonstra que longe de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte, a intenção do governo é a de realizar uma tímida reforma constitucional.

A herança da ditadura e a reforma constitucional

Para a "Nova República", a herança da ditadura militar não é nenhum incômodo. Ela manterá a constituição outorgada pelo antigo regime por mais dois anos e meio. E até lá a orientação é clara: segundo o próprio Sarney está "...em plena vigência uma ordem jurídica e suas instituições políticas e civis, cujo império se estenderá até o momento em que for promulgada a nova constituição. Até lá, e sob a pena de se instalar o caos normativo, que a ninguém aproveitaria, é necessário respeitar a lei que temos e modificá-la segundo os processos por ela própria admitidos...". A "Nova República" poderá lançar mão das leis da ditadura sempre que julgar necessário: o movimento operário já sentiu isso nas últimas greves.

Na emenda não é revogado sequer o chamado "entulho autoritário": continuam valendo as chamadas "salvaguardas constitucionais" (propostas pela ditadura em substituição ao AI-5, que possibilita a decretação das medidas de emergência que o governo Figueiredo impôs sobre Brasília no dia da votação da emenda Dante de Oliveira, por exemplo), a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa, a Lei de Greve. O arcabouço autoritário do antigo regime estará moldando a nova constituição.

Passando por cima dessas questões relativas à democracia da Constituinte o secretário-geral do PC do B, João Amazonas, presente na assinatura da emenda Sarney declarou que "...em 1946 a Constituinte foi realizada por um golpe de força. Houve um prazo muito curto para debater aquela carta, fato que propiciou o domínio dos setores conservadores. Hoje há um prazo maior para o debate, o que é muito positivo". O problema é que as leis da di-

tadura prosseguem neste período, se esquece João Amazonas.

O Congresso ao invés da Constituinte

Não será convocado uma eleição específica da Constituinte, será o próprio Congresso que ganhará poderes constituintes e elaborará a nova constituição. O fato de ser o próprio Congresso o poder constituinte limita o alcance das mudanças, na medida em que assentado na velha ordem o Congresso tenderá muito mais a retocar a velha constituição do que fazer uma nova. E ainda se verá estimulado a legislar em "causa própria", na medida em que após os trabalhos da "Constituinte" se transformará no "poder Legislativo".

E, na eleição do futuro Congresso com poderes constituintes, todo um conjunto de limitações à democracia continuará a existir: influência do poder econômico, distorções na representatividade das bancadas estaduais (que dão um peso relativamente menor à representação dos estados mais populosos — que são os mais politizados). E o funcionamento do Congresso é conhecido, com seus pianistas e tudo o mais...

A soberania do antigo: um processo controlado

O Congresso Constituinte funcionará sob o governo Sarney, sob as leis da velha república, com o seu destino (de se tornar poder legislativo) já definido: não há nenhuma soberania neste Congresso.

O que fica evidente é o absoluto controle que o governo quer manter sobre o processo de feitura da nova constituição. A lógica é a de que o papel da "Constituinte" está limitado em tecer as leis do novo regime, concretizando a transição conservadora da ditadura militar à democracia restrita e fortemente controlada. A burguesia não pode perder as rédeas do processo.

Há muito estardalhaço em torno da "convocação da Constituinte" e, que não deixa de contar com o apoio de setores do movimento operário que dão sustentação à Aliança Democrática (PCB e PC do B). A "convocação da Constituinte" de certa forma enfeixa um conjunto de medidas político-institucionais tomadas pelo governo, como as eleições municipais, a "reforma

A proposta de Sarney

Para uma democracia restrita, uma Constituinte restrita

Sem remover o "entulho autoritário", com a atual legislação eleitoral ainda carregada de restrições à democracia do processo, sem garantir a convocação específica dos delegados à Constituinte, a proposta Sarney pretende ser o coroamento da transição controlada.

agrária", a liberalização da vida partidária, o novo projeto da lei de greve etc.; estas iniciativas devidamente trabalhadas pela grande imprensa criam um clima de ação política e de "mudanças".

Ao mesmo tempo ficam evidentes os limites de todas essas iniciativas da "Nova República": todas estão longe de atender às reivindicações democráticas. Afinal, a instauração da nova forma de dominação burguesa no país encontra uma crise que limita em muito a capacidade das classes dominantes em fazer concessões materiais para os trabalhadores e com isso conter os seus movimentos. Por isso é fundamental a manutenção de toda uma série de instrumentos e leis que imponham os limites da ação do movimento operário: nenhuma mudança da "Nova República" pode desconhecer isso. Para selar um quadro democrático tão restrito só uma Constituinte também muito restrita: o caráter conservador e limitado da transição determina o caráter da Constituinte.

Outro elemento que impede maior ousadia à burguesia nesse processo é a articulação entre os setores da classe dominante: a difícil costura do novo governo, as contradições e os zigue-zagues de várias medidas apontam para ações mais cautelosas do governo, uma maneira de evitar o surgimento de novos e crescentes atritos entre os setores que dão apoio ao novo governo.

Esperar pela "Constituinte"?

Uma vez aprovada a emenda Sarney, seguramente se iniciará toda uma pressão governamental no sentido de que todas as contradições e problemas sejam resolvidos pela Constituinte. Haverá uma permanente pressão para que tudo seja adiado. É o que se vê por exemplo na própria reformulação da estrutura sindical: a reivindicação dos setores combativos do movimento, no sentido de dar liberdade e autonomia sindical, não é contemplada no projeto apresentado por Fernando Henrique sob o argumento que essas questões ficam para a Constituinte...



A proposta Sarney: Congresso Constituinte com "entulho autoritário".

A "Constituinte" convocada pode ser invocada para congelar lutas. Este congelamento seguramente favorecerá a uma composição mais conservadora da própria "Constituinte", que assim terminará mantendo o que não se mexeu antes.

Constituinte: mudanças-já.

No entanto, a política do movimento operário deve denunciar os limites e o engodo da Constituinte convocada, apontando tanto a necessidade de sua imediata convocação e a garantia de seu caráter livre, soberano e democrático.

E, ao lado desta luta pela Constituinte, impulsionar as mobilizações e as lutas, exigindo as mudanças-já, criando condições para que o resultado desta luta seja mais favorável à classe trabalhadora. E quanto mais organizada e mobilizada, melhor o resultado que ela atingirá.

A Comissão Pré-Constituinte de Sarney

Depois de muitas idas e vindas, o governo Sarney nomeou no último dia 15 uma comissão de notáveis que se encarregará de apresentar um ante-projeto de uma nova Constituição. A comissão, composta de cerca de cinquenta nomes, é presidida pelo jurista conservador Afonso Arinos de Melo Franco.

Não se sabe os critérios que presidiram a escolha dos nomes. Mas da relação de personalidades já divulgada, a esmagadora maioria apóia a Aliança Democrática de uma forma ou de outra. Entre os nomes que participam de entidades ou partidos do movimento operário e popular, estão o presidente da Contag, José Francisco da Silva (peemedebista e que apóia o projeto de reforma agrária do governo), João Paulo Pi-

res Vasconcelos (dirigente da CUT que organizou reuniões de sindicalistas em apoio à candidatura de Tancredo Neves e que defendeu a proposta de discussão de um pacto social) e Benedita da Silva (vereadora do PT carioca, que tem defendido no período recente a necessidade do PT fazer coligações com outros partidos).

A Comissão Pré-Constituinte é mais uma peça no esquema de um processo que se pretende controlar a partir do governo e a partir de uma maioria de deputados conservadores na elaboração das novas leis. Com a proposta da Comissão o governo procurará criar uma referência de unidade para as forças moderadas e conservadoras, que será fundamental para as classes dominantes hegemonizarem a Constituinte.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aluísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Sérgio Moura.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC n.º 46.093.549/001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajajaras, 329 — sala 12 — CEP 30 000; Porto Alegre: R. Fernandes Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90 000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 — sala 1.414 — CEP 20 031; Vitória: Caixa Postal 1.427 — CEP 29 000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59 072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66 000; Florianópolis: Caixa Postal 5 088 — Cidade Universitária — CEP 88 000; Goiânia: Caixa Postal 469 — CEP 74 000.

Tiragem desta edição: 9000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Arthur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo.

EDITORIAL

Sinais positivos para o PT

O EM TEMPO vem afirmando, em especial no editorial do número anterior, que o PT vive um momento complexo e decisivo, estando diante de uma encruzilhada.

Por um lado, após um período de crescimento durante os primeiros meses de 1984, com a campanha das diretas (no qual, no entanto, o PT não conseguiu transformar o significativo crescimento da simpatia pela sua legenda em avanço organizativo, orgânico), o partido vem passando por um período de isolamento. O avanço da Aliança Democrática, com um grande respaldo popular, levou a uma pressão forte sobre o PT para aderir a uma política de colaboração com a burguesia liberal, que conseguiu inclusive cooptar três deputados federais e dois deputados estaduais de São Paulo, que abandonaram o partido.

Por outro lado, temos assinalado que o momento político atual abre também grandes possibilidades para o desenvolvimento do PT, na medida em que a "Nova República" não conseguiu paralisar as lutas populares, que têm crescido, que não parece possível que o governo obtenha um "pacto social", que a CUT tem se reforçado, e que o desgaste do governo da AD vai crescer à medida em que vai ficando cada vez mais claro o seu compromisso com os interesses do grande capital imperialista e nacional e com políticas anti-populares.

Na questão das candidaturas e das campanhas para as prefeituras das capitais e dos municípios chamados de "segurança nacional", o PT foi novamente confrontado basicamente com duas alternativas: apresentar-se como intérprete dos interesses dos trabalhadores e batalhador pelo reforço de sua organização política independente - para crescer a partir do avanço destes setores sociais, da construção de uma alternativa operária e popular às políticas da burguesia; ou ceder às pressões, a uma visão derrotista sobre as possibilidades de uma política própria dos trabalhadores na atual conjuntura. A primeira alternativa levava ao lançamento de candidatos do próprio PT ou de um campo claramente popular, com uma campanha construída na base da demarcação com a AD, no apoio às lutas populares; a segunda alternativa levava ao apoio de candidatos da burguesia "mais progressistas" ou até ao lançamento de um candidato pelo PT descomprometido com as posições do partido e com seus métodos fundamentais de ação política (o que ocorria com a candidatura do deputado Mares Guia, a partir da avaliação equivocada de que isto renderia mais votos).

Nas campanhas para prefeituras

A grande novidade do último mês é que o PT começou a sair da encruzilhada em que se encontrava, escolhendo o melhor caminho. Após passar vários meses sem ter uma política clara, perdendo por isso mesmo a possibilidade de aproveitar as condições favoráveis dadas pelo crescimento das lutas populares, o PT está começando a definir uma linha política. Apesar de a direção nacional do partido não ter definido uma orientação geral, e apesar de que em muitos casos integrantes da Executiva Nacional defenderam propostas que destoavam das posições clássicas do PT (caso de Luís Dulce em Belo Horizonte, de Olívio Dutra e Clóvis Ilgenfritz em Porto Alegre), as pré-convenções realizadas tem levado sempre à reafirmação da posição de que o PT deve se orientar fundamentalmente pela defesa da independência política dos trabalhadores, pela luta pela construção de uma alternativa operária e po-

pular. O sentimento que tem se mostrado predominante nas bases do partido quer, certamente, campanhas amplas para a prefeitura; admite coligações, mas com forças claramente comprometidas com o movimento operário e popular. No atual quadro partidário brasileiro, isto significa quase sempre candidatos do próprio PT.

Além do desenvolvimento de uma política mais avançada para o PT, as pré-convenções municipais têm propiciado o lançamento de candidatos entre os setores mais à esquerda do partido, e levado ao isolamento dos setores mais à direita. Os menos comprometidos com a proposta de um partido dos trabalhadores, como o grupo do deputado Mares Guia, começaram inclusive a fazer as malas, em busca de um partido com o qual tenham mais identidade.

Contudo, seria um grande erro avaliarmos que nas polarizações que têm ocorrido nas discussões em torno das candidaturas à prefeitura tem havido sempre uma polarização do tipo: de um lado os que defendem a independência de classe, do outro defensores da conciliação com a burguesia. Em muitos casos, o que houve foram divergências sobre se determinado candidato (como Alceu Collares ou Saturnino Braga) pode ser considerado do campo popular. Naturalmente achamos um erro a idéia de que, da forma como se constituíram as suas candidaturas, Collares ou Saturnino podem ser julgados "populares". Mas este é um erro de avaliação, uma visão pouco clara, mas não necessariamente uma posição definida contra a independência de classe. Também entre os apoiadores de um candidato como Mares Guia houve os que o fizeram a partir da idéia de que as suas posições e propostas não eram boas, mas que esta questão era secundária diante da expectativa (ilusória) de que sua candidatura poderia puxar mais votos. É uma visão profundamente equivocada, mas não obrigatoriamente uma posição contra a independência de classe.

Não podemos nos esquecer de que em uma polarização muito mais nítida — a questão de aderir ou não à candidatura de Tancredo — muitos dos que agora namoraram Collares ou Saturnino defenderam uma posição classista. Ou seja, o campo dos que lutam para construir o PT como um partido operário independente inclui muitos companheiros que na questão das prefeituras adotaram uma posição que consideramos equivocada.

No movimento sindical

Mas os sinais positivos para o Partido dos Trabalhadores nas últimas semanas não se limitam ao que vem se passando na questão das prefeituras. Em São Paulo, onde até agora não houve uma polarização clara nesta questão, o avanço do PT na direção de adotar uma linha política mais clara vem se dando na aceitação que as propostas do texto de contribuição ao debate "Construir uma alternativa operária e popular" que expressa o aprofundamento da unidade dos setores mais à esquerda do PT (EM TEMPO n.º 201) vem obtendo, inclusive por companheiros que participavam da antiga articulação majoritária no estado. Além disto, é da maior importância o fato de que a CUT regional da Grande São Paulo aprovou uma resolução onde diz que é necessário combinar as campanhas salariais deste final de ano com as eleições municipais. A CUT da Grande São Paulo defende "a articulação entre a campanha eleitoral, as lutas políticas gerais e específicas e as reivindicações sociais e econômicas. Dessa combinação deve resultar o reforço da

organização independente, nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos, etc, e o fortalecimento das propostas classistas na luta social e institucional". Todo o plano de trabalho aprovado pela CUT da Grande São Paulo (ver matéria na página 10) contribui para a construção de uma alternativa política operária e popular, e para o reforço do PT (que é o único partido que pode se somar a uma mobilização com as características propostas).

Na reunião do Diretório Nacional

Finalmente, há sinais positivos para o PT na última reunião do Diretório Nacional (ver matéria na página 5). A grande maioria dos membros presentes, inclusive dos membros da Executiva Nacional, mostrou uma disposição durante a discussão de balanço da direção do partido, de reavaliar e corrigir antigas posturas sectárias, como a de ter formado uma Executiva apenas com membros da chapa majoritária, excluindo da direção cotidiana todos os membros de uma chapa que obteve 34% dos votos da Convenção Nacional. Muitos companheiros falaram na linha de que o PT deve hoje unir todos os que estão dispostos a construí-lo, pertençam ou não a correntes políticas distintas, não dispensando a participação de nenhum setor. É uma idéia simples, mas decisiva, que se levada à prática dará um grande impulso ao partido.

Na verdade, esta discussão no Diretório Nacional não foi tranqüila, e nem tudo são flores: houve também muitas intervenções sectárias contra as correntes mais à esquerda do PT. Mas a novidade é o avanço da idéia de unidade.

Diante destes sinais positivos, podemos nos propor realisticamente o objetivo de lutar para que o partido adote no seu conjunto uma linha clara de alternativa operária e popular à Aliança Democrática, e que inicie um processo de formar uma nova direção, a partir da recomposição das suas várias correntes e setores, capaz de implementar esta política, e de mobilizar todo o PT.

Esta nova direção, para corresponder a estes objetivos, deve incorporar às instâncias de maior peso na direção efetiva do PT, as executivas nacional e de São Paulo, as correntes mais à esquerda do partido, ao lado naturalmente das correntes que já estão representadas. Desta forma, poderemos ter trabalhando lado a lado, em estreita colaboração, os sindicalistas, intelectuais, militantes ligados à Igreja, militantes comunistas revolucionários. Desta forma haverá um salto na construção do PT. A Conferência definida pelo Diretório Nacional pode dar passos neste rumo.

Para que isto se viabilize, muitas coisas são necessárias. Em primeiro lugar, é necessário que as campanhas dos candidatos petistas às prefeituras tenham sucesso, ganhem um grande apoio de massa, especialmente as dos candidatos que se identificam mais com as posições mais à esquerda (caso contrário, as posições que foram minoritárias nas últimas pré-convenções podem voltar a crescer). Temos também de conseguir avançar na combinação das lutas sindicais e dos movimentos populares com as atividades do PT. Finalmente, é necessário que consigamos criar um clima de debates sem sectarismo, fraterno, no interior do partido, fortalecendo a idéia de que estamos todos juntos.

As dificuldades são muitas, mas o PT pode dar um salto na sua construção como partido operário independente, capaz de dirigir politicamente as lutas dos trabalhadores. Mãos à obra.

A eleição do sr. Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro em 1982 foi, sem dúvida, um passo importante para a formação de seu partido político a nível nacional. Com as eleições para prefeitura nas capitais em 1985, o PDT espera ampliar-se e consolidar-se como partido nacional. Através de adesões mais recentes de políticos das mais variadas origens o PDT soma ao seu cacife eleitoral de Porto Alegre e Rio de Janeiro boas possibilidades em Florianópolis, Curitiba e São Paulo.

No Rio de Janeiro, no entanto, as eleições para prefeito terão um sabor de plebiscito, de apoio ou não, ao governo Brizola. Isto porque não só a maioria dos eleitores concentram-se na capital, mas também a maior concentração de votos para Brizola saiu da cidade do Rio. Não é por menos que Brizola escolhe o único senador do PDT, eleito junto com ele em 82, para disputar no município.

O PDT do Rio não foge à regra nacional de abrigar em seu interior gente de toda a espécie. Desde atuais vereadores e deputados que foram apoiados por Luis Carlos Prestes até o cantor Agnaldo Timóteo, hoje ameaçando ser o candidato do moribundo PDS à prefeitura. Apesar da diversidade uma coisa é clara: é o governador quem pessoalmente centraliza todas as decisões importantes do partido e do governo. Não é retórica quando o chamam de caudilho.

No meio deste emaranhado, aparentemente, fica difícil definir qual o perfil político deste partido. Olhando mais de perto, todavia, um projeto se delineia.

Chegando ao Brasil depois de anos no exílio, o já velho populista agregou ao seu discurso alguns ensinamentos da social-democracia européia. Afinal de contas, o Brasil dos anos 80 era diferente do Brasil de 60. Um proletariado jovem e concentrado começou a fazer política; a agricultura se industrializou; ainda mais agora que antes é impossível ter um discurso anti-imperialista sem ser ao mesmo tempo anti-capitalista. Para dar conta desta nova situação, Brizola reivindica o passado trabalhista e tenta, ao seu modo, dizer que o trabalhismo é irmão gêmeo do "socialismo".

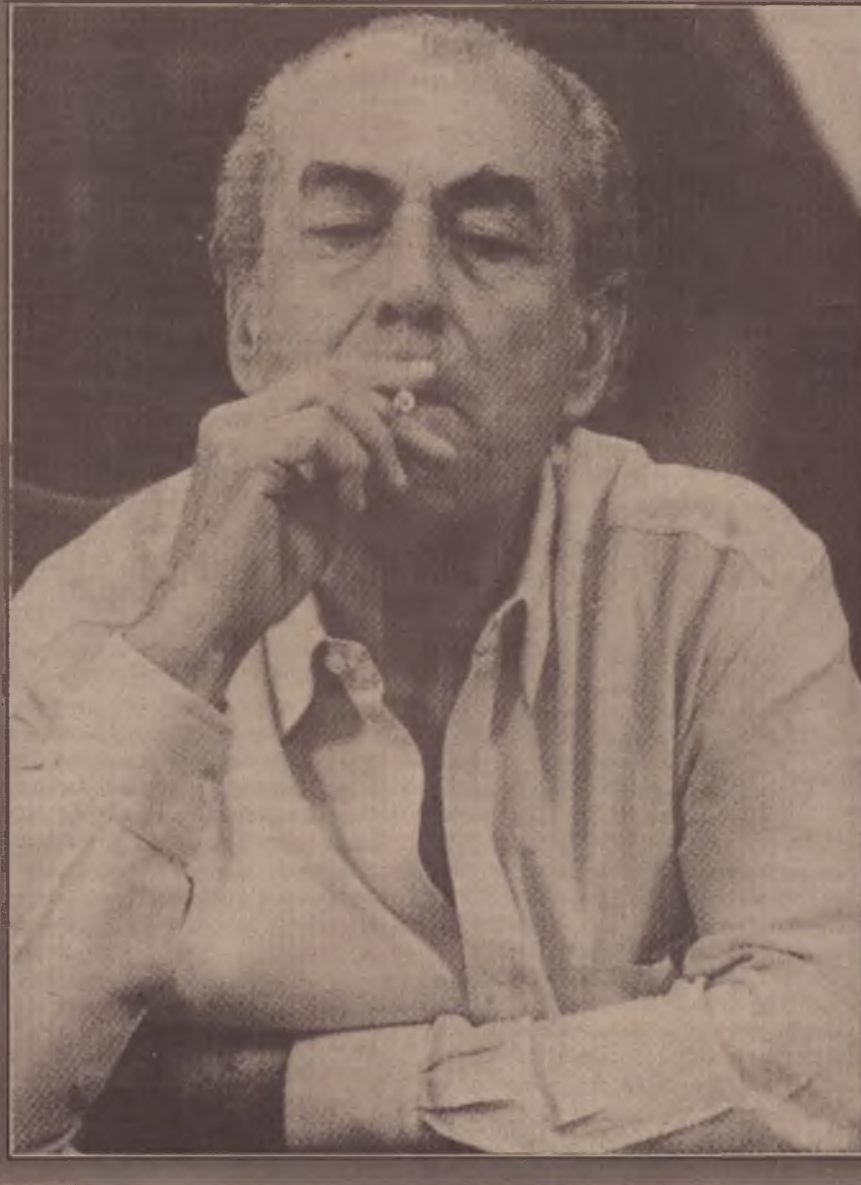
Do socialismo que apregoa, que mantém a propriedade privada, talvez não tenha muita diferença mesmo. No entanto para ele (e para nós) tem uma de muito peso. Na Europa Ocidental, a social-democracia segue sendo composta por partidos que — apesar de suas direções burguesas e de em muitos países serem governo — continuam

PDT

Que partido é esse?

No momento em que vários setores no interior do PT defendem a coligação com o PDT, é importante analisar a experiência de governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

JOAQUIM SORIANO



mantendo vínculos orgânicos com o movimento operário.

Ao contrário, não se pode afirmar que no Brasil o PDT mantenha um vínculo organizado com o movimento

operário (no máximo, existem setores minoritários no interior do PDT, que poderiam ser interpretados como correntes orgânicas do movimento operário e popular). Até pelo contrário, o

PDT disputa e tem se chocado com o processo de organização dos trabalhadores, procurando se construir eleitoralmente sobre uma massa popular amorfa e dividida.

O PDT é, assim, um partido burguês que estará sempre à disposição das classes dominantes para desorganizar o movimento popular e tentar conter a sua radicalização.

Um governo "socialista"

Administrar o Rio de Janeiro tornou-se uma tarefa difícil. De qualquer modo precisava o governador de apoio, precisava satisfazer as diversas correntes que abriga o PDT. A constante troca de secretários de governo e a manutenção de vários deputados em cargos executivos, para garantir lugar no parlamento para alguns suplentes, é só um sinal do difícil jogo.

Depois de um ano, Brizola propôs o governo de coalizão: repartiu algumas secretarias com o PMDB e com o PDT e assegurou uma folgada majoritária na Assembleia Legislativa. Boa jogada, ainda mais hoje, com a saída de vários dos seus para o PDS e PMDB.

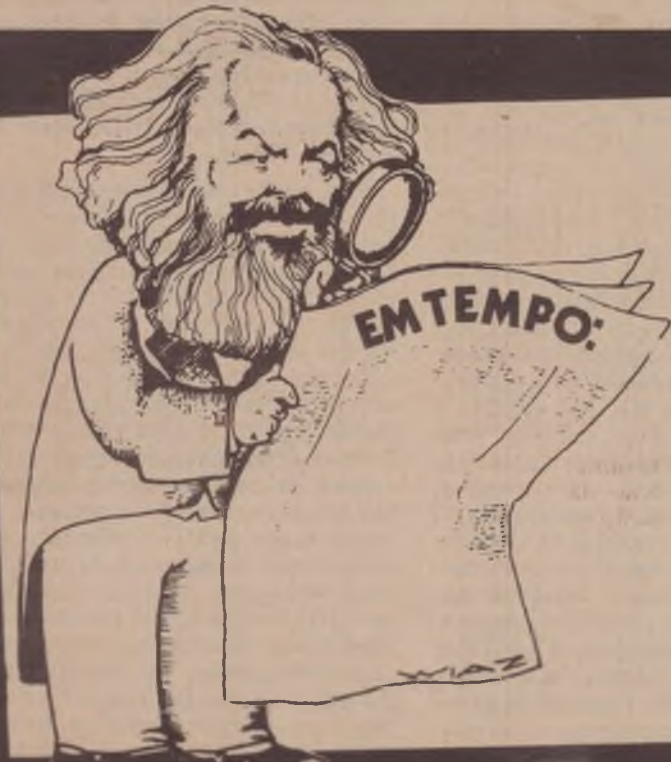
Uma característica importante do PDT no governo é sempre se chocar com o movimento popular organizado: com a greve dos metroviários, dos trabalhadores da saúde, dos camelôs, dos carteiros. A ordem do governo é: não negociar com grevistas.

Vitória arrancada quem teve foram os trabalhadores sem terra que ocuparam terras na baixada fluminense e obrigaram o governo a desapropriar a fazenda Campo Alegre. Depois desta experiência, a atitude do governo mudou: os mesmos sem terra foram expulsos de outra área ocupada (Mutirão do Guandu).

Em ano eleitoral a propaganda do PDT teve início com a inauguração dos "brizolões", ou seja, escolas para crianças construídas com pré-moldados que mantêm os estudantes o dia inteiro em atividade. Sobre o que fazer com a rede pré-existente ou com a rede particular de ensino nada foi dito.

A esquerda do PDT

A existência de uma esquerda dentro do PDT, inclusive de muitos companheiros que apóiam a CUT, deve ser vista pelo PT com a maior atenção. É importante construir a unidade no movimento com estes setores e chamá-los a romper definitivamente com a prática de colaboração com a burguesia e a fortalecer um projeto estratégico de independência de classe, que se confronta hoje com Brizola e seu PDT.



Assine EM TEMPO

200 edições na luta pelo socialismo

- Em novembro de 1977, veio à luz o jornal **EM TEMPO**. Sete anos e meio depois, chegamos a edição de número 200. 200 edições em defesa do movimento operário independente, do socialismo, da luta dos trabalhadores de todo o mundo.
- Um dos jornais mais antigos que sobreviveram da chamada imprensa alternativa, **EM TEMPO** participou engajadamente da luta que levou ao fim da ditadura militar.
- Agora, quando as forças políticas da burguesia reformam o regime político, criam ilusões e cooptam setores do movimento popular, **EM TEMPO** reafirma a sua tradição de luta ao lado do movimento operário independente pela democracia e pela mudança da política econômica pró-imperialista.
- **EM TEMPO** engajou-se desde a primeira hora na construção do PT e da CUT. E, como expressão de uma corrente marxista revolucionária do movimento operário, continuará nos próximos anos dando a sua contribuição à luta pelo socialismo.

À Editora Aparte Ltda.

- ☐ Assinatura anual do jornal **EM TEMPO** (26 números) - Cr\$ 25.000
- ☐ Assinatura semestral do jornal **EM TEMPO** (13 números) - Cr\$ 15.000
- ☐ Assinatura anual da revista **Perspectiva Internacional** (6 números) - Cr\$ 20.000

Editora Aparte Ltda. - Tel.: 852-8880 - Rua Francisco Leitão, 57 - CEP 05414 - Pinheiros - São Paulo

A reunião do Diretório Nacional do PT realizada nos dias 13 e 14 de julho enfrentou um pauta que exigia definições da maior importância frente aos grandes desafios colocados para o partido. Foi uma pena não contar com a presença de Lula, que se encontrava em Cuba a convite de Fidel.

No sábado a Comissão Eleitoral do DN apresentou um quadro dos candidatos e das perspectivas do PT nas eleições municipais de novembro de 85. Apesar do Partido não ter conseguido produzir uma tática nacional unificada para a intervenção no processo eleitoral em curso, a tendência dominante foi o lançamento de candidatos próprios com os objetivos de fortalecer o partido, ampliar as bases operárias e populares, apresentar uma alternativa em oposição à Aliança Democrática. A campanha do PT deverá combinar a apresentação de propostas concretas para a administração municipal com os grandes temas nacionais em debate: dívida externa e FMI, Reforma Agrária, Constituinte.

Considerando a importância que tem as eleições o DN resolveu ainda estabelecer prioridades dentre as tantas onde concorreremos. Dentre as capitais: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza, Goiânia, Salvador e Rio de Janeiro. Entre os municípios que eram áreas de segurança nacional: Santarém (PA), Paulo Afonso (BA), Volta Redonda (RJ), Canoas (RS), Cubatão (SP), Paulínia (SP), São Sebastião (SP). No dia 15 de agosto haverá o lançamento nacional da campanha do PT com uma reunião em Brasília com as lideranças mais expressivas e todos os candidatos a prefeito.

Foram colocados dois recursos ao DN sobre decisões de convenções municipais. O de Caxias (RJ) contra a decisão do DR/RJ, que não reconheceu a convenção realizada, porque esta não cumpriu normas do regimento interno no que diz respeito ao credenciamento dos filiados. O DN designou Isabel e Gilberto para verificarem no prazo de oito dias se a lista de presença à convenção é composta de pessoas filiadas ao PT.

Nova derrota de Mares Guia

O de Belo Horizonte, de conteúdo bastante diferente. Nesta caso o grupo de assessores do deputado Mares Guia, derrotado na convenção municipal (ver matéria na pág.....) não encontrou meios de questionar a legitimidade da convenção, mas fazia um apelo em favor da unidade do partido e defendia a proposta de realização de uma plenária estadual onde se discutiria a candidatura. Depois de um longo debate foi levada a voto esta proposta contra uma outra, que é a seguinte: O DN delega à Executiva Nacional a tarefa de debater junto ao DR de MG e às partes envolvidas em Belo Horizonte a busca de encaminhamentos para a unificação do PT-BH face às eleições municipais de novembro. Esta última contou com a maioria dos votos 17 contra 16 e 2 abstenções e é a que vai ser implementada. Assim, foi derrotada uma tentativa de criar obstáculos à candidatura de Virgílio Guimarães.

Já na noite de sábado constatou-se que no domingo a reunião não teria quórum. A opção foi realizar uma reunião da Executiva Nacional ampliada.



Grandes mudanças na direção nacional?

Uma conferência de balanço

No domingo de manhã um ponto de discussão: avaliação da Direção Nacional. Uma discussão inicial que já apontou a importância e a possibilidade de o PT romper com o sectarismo nas disputas internas. A grande maioria dos di-

rigentes apontou com clareza as nossas deficiências e criticou o método utilizado na composição da Executiva Nacional, que excluiu a chapa minoritária que contou com 36% dos votos na última convenção que elegeu este DN. Para continuar este debate foi marcada a realização de uma Conferência Nacional na primeira quinzena de setembro que enfrente

de forma franca um conjunto de questões relativas à construção partidária: democracia interna, relação entre as correntes organizadas (sejam leninistas ou não), perspectivas políticas para 86.

Antes da Conferência será realizada ainda uma reunião do DN nos dias 17 e 18 de agosto, novamente na sede nacional do partido.

PT-Rio: Oposição a Sarney e a Brizola

JOAQUIM SORIANO

A eleição para prefeito no Rio é uma oportunidade ímpar para o PT apresentar um programa e um candidato que inicie a construção de uma alternativa aos conservadores de todo o tipo da Aliança Democrática; e ao populismo de Brizola que, descontando a confusa demagogia de oposição, é sempre uma possibilidade para as classes dominantes poderem domesticar e desarticular o movimento independente do proletariado. É esta perspectiva que estará em discussão no dia 27 de julho, quando o PT do Rio realizará sua Convenção para a escolha do seu candidato à prefeitura municipal.

Os limites das políticas de alianças

Hoje uma parcela considerável dentro do partido, entende que o PT não é o único representante do movimento operário e popular. E que, por ser a referência política mais desenvolvida que expresse os anseios e a necessidade de independência e autonomia do movimento operário e popular, ele tem, por decorrência, a obrigação de propor a construção da unidade entre os trabalhadores. Esta política tem que ser ofensiva o suficiente para deslocar setores que ainda estão atrelados aos partidos burgueses.

Outra política em debate é aquela

que dando-se conta dos problemas reais — como por exemplo, o PT ter um bom desempenho eleitoral — contraditoriamente apresenta como solução a aliança do PT com o PDT ou com setores do PMDB que estão longe de serem considerados correntes do movimento popular. A identificação de uma corrente mais liberal do que o “chaguismo” no PMDB do Rio não a credencia como aliada confiável. Os nossos critérios não podem se limitar às disputas dentro da Aliança Democrática e à escolha do “menos pior” como semelhante a nós.

Aliar-se ao PDT no Rio de Janeiro significa respaldar a política de Brizola. De outro lado, significa descaracterizar o PT como oposição a este governo. Um governo que nestes anos tem se contraposto sistematicamente às lutas dos trabalhadores e que tem realizado uma administração estadual e municipal autoritária, onde os interesses da população estão sempre subjugados aos interesses eleitoreiros de Brizola e seus parceiros.

Os candidatos

Num primeiro momento, o Diretório Regional do PT no Rio aprovou uma política que pretendia ter um candidato que representasse uma aglutinação de forças do movimento popular, que fosse mais ampla que o PT. Para esta can-

didatura estava colocado o nome de Jó Resende, ex-presidente da FAMERJ (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro). No entanto, a indefinição partidária de Jó e a presença de setores do PDT na coordenação de sua campanha — combinada com a falta de decisão e iniciativa da direção do PT — abriu a possibilidade para o PDT cooptar Jó Resende para as suas fileiras. Sua campanha, que já contava com mais de 40 comitês organizados, acabou sendo desmobilizada. Jó, iludido pelas promessas brizolistas, puxou o tapete e hoje nem é mais cotado para ser o vice de Saturnino na chapa do PDT.

Com a inviabilização da candidatura Jó pelo PT, que contava com o apoio da maioria esmagadora do partido, abriu-se um vazio que foi preenchido pelo lançamento de vários nomes. Mais do que nomes, no entanto, a discussão central fica em torno da política de alianças e da coligação com o PDT e com o PMDB.

A primeira candidata a se lançar foi a vereadora Benedita da Silva, que chegou a receber apoio de parcelas significativas do partido, inclusive dos sindicalistas. Mas a sua definição pela coligação com o PDT, fez com que esses apoios girassem a favor de uma candidatura partidária.

Depois de muito relutar o deputado Liszt Vieira lançou o seu nome. Uma candidatura que se pretende mais “ampla que o PT” e propõe a “Frente Rio”, que congregue os setores progressistas do PDT e do PMDB. Na tradução do “progressista” é que Liszt e seus apoiadores de enredam numa política confusa, onde no essencial se identifica a antiga proposta de coligação com o PDT. Com o PDT é difícil porque com a candidatura Saturnino a escolha da vice muito provavelmente deve contemplar as diversas correntes internas deste saco de gatos onde muitos miam, mas só Brizola tem a palavra final. Se com o PDT não vai dar, procura-se agora os setores do PMDB (Artur da Távola), seguramente derrotados na convenção que escolherá Jorge Leite (herdeiro do Sr. Chagas Freitas) como candidato.

A candidatura que se apresenta hoje no PT do Rio de Janeiro com o objetivo de colocar o partido em campanha e procurando o maior apoio dos setores organizados do movimento de massas é a de Wilson Farias — candidato a vice-governador em 82 e ex-presidente regional — que ao longo de sua trajetória no PT tem demonstrado ser capaz de unificar os petistas levando para as ruas as posições coletivamente assumidas em convenção.



Convenção Municipal de Porto Alegre

O PT sai unido e com chapa própria para as eleições

Em uma plenária de militantes que lotou o plenário da Assembléia Legislativa, o PT decide não fazer coligação com o PDT e

lançar a chapa Raul Pont/Clovís Ilgenfritz para a prefeitura.



A realização do Encontro Municipal de Porto Alegre foi precedida de discussões nas várias zonais que compõem o município (ao todo são seis Diretórios Zonais). Nestes debates, já era clara a tendência que seria verificada no encontro municipal: a rejeição à proposta de coligação apresentada pela articulação da qual participavam Olivio Dutra (atual presidente do Partido), Clovis Ilgenfritz (que esta articulação indicava como seu candidato a prefeito) e outros setores do partido.

No início do debate, os setores que defendiam a coligação com o PDT (que tem em Alceu Colares o seu candidato a prefeito), encaminhavam esta proposta considerando que a dinâmica eleitoral provocaria um forte isolamento e o debilitamento eleitoral seria mais um fator de desgaste para o PT. Contudo, não ficava claro nos seus argumentos que a coligação com o PDT significaria o rompimento com as perspectivas iniciais do PT: longe de levar à constituição de um campo de oposição popular à Aliança Democrática e ao governo da "Nova República" (como foi resolvido na última pré-convenção nacional), seria um compromisso do partido a nível do Rio Grande do Sul com a candidatura de Leonel Brizola à presidência da República.

Outro fator que causava descontentamento na base do partido era o fato de que esta política de coligação não levava em conta sequer a composição partidária que originou o PDT no estado: um partido composto fundamentalmente de grandes fazendeiros, grangeiros de soja e contando com o apoio de várias parcelas da burguesia industrial do Estado.

Com a ampliação do debate e à medida que se aproximava o dia da pré-convenção, já tendo sido realizadas plenárias de algumas zonais onde a proposta de coligação havia sido amplamente derrotada, os setores que lançavam a proposta de coligação começaram a recuar de sua proposta inicial. Ao invés da coligação explicitamente colocada, já apresentavam a proposta

de retirada dos candidatos na pré-convenção e a eleição de uma Comissão de Negociação para discutir com os outros setores do movimento popular e outros partidos, marcando uma nova pré-convenção para início de agosto.

A pré-convenção

No dia 30, perto das duas horas da tarde a pré-convenção é aberta. Ainda são poucas pessoas em plenário e o quórum previsto para as deliberações era de quatrocentos militantes filiados em Porto Alegre, com condições de voto estabelecidas no regimento (em dia com o partido). É aberto o debate sobre conjuntura e o programa de governo, a partir de um informe inicial de Olivio Dutra sobre a posição do Diretório Nacional e a questão do programa a partir de um companheiro que representava o grupo de trabalho sobre a elaboração das propostas do PT sobre o programa municipal.

Encerrado o debate inicial, é aberto o debate sobre tática eleitoral. A favor da proposta coligacionista fala Olivio Dutra, defendendo o seu ponto de vista a partir da constatação de que se podemos trabalhar com várias forças políticas (entre elas o PDT) em várias frentes do movimento de massas (sindicatos, associações de bairros etc), podemos perfeitamente discutir com estas forças as propostas para a constituição de um programa de governo e estabelecer condições para a coligação.

Na realidade, este argumento contém duas incompreensões fundamentais: a primeira é de não ver que nas frentes de massas não estamos lidando com direções de partidos burgueses, mas com militantes destas frentes que ainda, por várias razões, apoiam estes partidos, por outro lado, não se trata de transpor mecanicamente o processo de frente única que se realiza nas entidades do movimento (o que é fundamentalmente correto) com a proposta de constituição de um partido, que parte de um programa e compreensões gerais da sociedade mais definidos.

Não há coligação com o PDT

A proposta contra a coligação foi apresentada por Raul Pont, que destacou a necessidade de o PT se contrapor às políticas gerais dos partidos burgueses, de se apresentar como alternativa de direção para que se possa avançar na constituição de uma alternativa operária e popular à Aliança Democrática. Posteriormente, falaram vários outros companheiros, destacando-se a intervenção do companheiro Flavio Koutzii (que retornou da França e se integrou há pouco tempo às fileiras do partido). Koutzii, cuja libertação dos cárceres da ditadura argentina contou com uma ampla campanha em vários estados do país, em particular no Rio Grande do Sul, acentuou na sua intervenção a necessidade de que as duas articulações saíssem unidas desta pré-convenção e reforçando a necessidade de o PT se apresentar corajosamente aos trabalhadores, com feição própria.

Após estes debates, foi encaminhada a votação. Neste momento o plenário da Assembléia Legislativa estava completamente lotado. Eram mais de mil e duzentos petistas (havia cerca de 400 observadores — militantes de outros municípios ou simpatizantes do partido). Era a primeira grande vitória do PT: a maior convenção da sua história em Porto Alegre, com o quórum superado em mais do dobro de militantes.

A segunda vitória seria anunciada posteriormente: à medida de que eram chamados os militantes, zonal por zonal, percebia-se claramente a confirmação da tendência constatada nos debates anteriores. A proposta contrária à coligação venceu por 486 votos contra 291 a favor, mais de 60% dos votos. A partir desta votação, começaram os encaminhamentos para a apresentação de candidatos.

A eleição do candidato

Olivio Dutra se inscreve e apresenta a chapa da articulação a que pertencia: Clovis Ilgenfritz e Firmo Trindade. Na sua apresentação, Olivio apresenta a proposta de encaminhamento de que a chapa vencedora deveria ficar com a candidatura à prefeitura, enquanto a

chapa derrotada ficaria com a candidatura à vice. Posteriormente Miguel Rosseto, indica a chapa Raul Pont e Antonio Lozada, antes afirmando que a sua articulação havia proposto a todo o momento a candidatura de Olivio Dutra e que apresentava outra chapa diante da desistência oficial de Olivio.

A mesa leva a votação a proposta de encaminhamento apresentada por Olivio Dutra e apoiada por Miguel Rosseto e o resultado é constatado por toda a mesa (com componentes pertencentes às duas articulações) sem necessidade de contagem. Neste momento, um militante ligado ao jornal **O Trabalho** apresenta uma questão de ordem no sentido de contagem para verificação. Esta proposta tinha como único objetivo tumultuar o encontro e foi sonoramente recusada pelo plenário. A mesa encaminha a votação e a chapa Raul/Lozada é claramente vencedora, ficando constituída a chapa para a candidatura de Porto Alegre com Raul Pont para prefeito e Clovis Ilgenfritz para vice.

A unidade do partido

Raul assume a palavra e resgata toda a tradição de combate da classe trabalhadora na sua luta pela independência política e pela construção do socialismo, entendendo o PT como depositário desta tradição de lutas. Reforça o caráter da escolha da pré-convenção municipal e conclama todas as forças do partido à unidade, para que o PT possa sair vitorioso das eleições Clovis Ilgenfritz manifesta a sua aceitação da candidatura de vice, sendo aplaudido pelo conjunto do plenário (que o havia vaiado na sua primeira intervenção por ter, em determinado momento, tecido críticas a setores que haviam ingressado recentemente no partido).

Neste momento, em que o partido sai vitorioso e unificado deste primeiro teste na campanha eleitoral, é fundamental organizar a sua base, planejar claramente a campanha, demarcando eixos principais, organizando finanças. Enfim, preparando o PT para os processos eleitorais que virão e para a sua maior consolidação e implantação como referência de direção dos trabalhadores.



Convenção Municipal de Belo Horizonte

Uma histórica e promissora vitória

Uma das maiores convenções de filiados da história do PT consagrou o nome de Virgílio Guimarães como candidato do partido, que promete crescer muito nestes próximos meses.

Quando às 19:00 horas do dia 16 de junho, a mesa de apuração anunciou o resultado da votação para a escolha do candidato a prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, uma corrente de entusiasmo e de alegria tomou conta da esmagadora maioria das pessoas presentes no ginásio do clube Olímpico, em Belo Horizonte. No dia seguinte, a imprensa burguesa anunciaria o resultado — a vitória de Virgílio Guimarães por 556 votos contra 523 conferidos a João Batista Mares Guia e 26 abstenções — como uma grande surpresa.

Para quem acompanhara a trajetória mais recente do PT em Belo Horizonte, o resultado era bem menos surpreendente. Por duas vezes, a articulação na qual Mares Guia se apoiava já havia sido derrotada: na eleição dos diretórios zonais e na convenção que votou um programa de atuação do PT no município e elegeu o Diretório Municipal do partido.

Desta vez, porém, em uma convenção que definiria por um bom tempo a sua carreira política, Mares Guia investiu fundo em um esquema de clientelismo, de qualidade e intensidade inéditos na história do Partido dos Trabalhadores. Apostando na distribuição de uniformes de times de futebol e de material esportivo para vários bairros e favelas da periferia da cidade, pagando cabos eleitorais para fazer filiações, Mares Guia entrou na convenção com 1.400 novas filiações.

De tão despotilizado — e talvez por ser ainda amador no uso de tais esquemas de clientela bem próprios dos partidos burgueses — o esforço se frustrou. A maior parte destes filiados não compareceu à convenção, apesar do pesado esquema de transporte montado.

Além disso, contribuiu para sua derrota um certo esvaziamento de sua base mais politizada à medida que Mares Guia foi revelando com mais clareza o seu projeto partidário. Nos dias que precederam à convenção, o deputado, certamente para retirar qualquer estigma de “radicalismo” de sua figura, bancara um ato de homenagem a Almir Pazzianotto na Assembleia Legislativa (em plena greve dos professores do estado, que estavam sendo ameaçados e perseguidos pelo governador da Aliança Democrática), fizera declarações anticomunistas no jornal de maior circulação do estado, aparecera nas colunas sociais em um papo amigável

com o governador Hélio Garcia e até assumira publicamente em um debate o uso e abuso do esquema de clientela.

Por fim, nas últimas semanas que precederam a convenção, foi enorme a mobilização dos militantes petistas que compõe a articulação “PT na luta pelo socialismo”. À medida em que o debate foi explicitando a diferença entre os dois projetos para o PT que estavam em disputa, essa articulação foi crescendo na base, ampliando a sua área de influência, até chegar à convenção com uma garra que desde o início tomou conta do plenário.

Convenção popular para escolher o vice

Na convenção, em todos os pontos discutidos, houve a polarização entre dois entendimentos bastante divergentes sobre os rumos da candidatura do PT.

A articulação “PT na luta pelo socialismo” enfatizava a a necessidade de se ligar firmemente a defesa de uma plataforma concreta para o município com as grandes reivindicações nacionais do PT e que são também do movimento operário independente. Afirmava com ênfase a necessidade de a candidatura do PT se colocar claramente na oposição ao governo da Aliança Democrática.

A candidatura Mares Guia, por sua vez, trilhava o caminho da despolitização, buscando apresentar um elenco de propostas “competentes e realistas” para uma administração de “unidade popular” do município. Esquivava-se em apresentar um perfil de oposição à Aliança Democrática.

A votação feita com os crachás em plenário deu uma vitória significativa e clara a um programa mais combativo.

O debate sobre a estratégia da campanha, além de abarcar necessidade de se praticar os princípios políticos que deram origem ao PT e que o diferenciavam dos partidos burgueses, centrou-se na definição dos critérios que deveriam nortear a escolha do vice-candidato à prefeitura. Foi definido que o candidato a vice-prefeito deveria ser escolhido em uma convenção popular a ser realizada posteriormente e que deveria ser comprometido com as lutas do movimento operário e popular. A convenção decidiu que o PT não fará coligação com representantes oficiais dos partidos burgueses.

Ameaçada a unidade do partido

Lula e Weffort estiveram presentes

na mesa que dirigiu os trabalhos da convenção. O primeiro, ao se retirar quase ao final da convenção, dirigiu um apelo à unidade do partido em torno da candidatura que se mostrasse majoritária. E deixou, desde já, o compromisso de apoiar essa candidatura. O próprio deputado federal Luis Soares Dulci, presidente do PT mineiro e membro da articulação que apoiou a candidatura Mares Guia, após saber o resultado da votação final da convenção, bateu na mesma tecla.

Alguns dias depois, porém, começaram as retaliações públicas à candidatura do PT à prefeitura. Assessores do deputado Mares Guia começaram a articular o lançamento de um novo partido, o PUP (Partido da Unidade Popular), que abrigaria o lançamento de Mares Guia à prefeitura. Na verdade, uma forma já de ameaçar um racha do partido.

Uma reunião que se prolongou pela madrugada foi realizada em Belo Horizonte com a presença de Lula e Weffort sem que se conseguisse avançar na unidade do partido em torno da candidatura majoritária.

A investida mais dura viria depois com a primeira entrevista coletiva concedida pelo deputado Mares Guia após a convenção. Nela, Mares Guia ataca com veemência “os grupos de esquerda que tomaram de assalto o PT” e que “cultuam a idéia da revolução, vista como panacéia de todos os males”, propondo chegar ao socialismo “através de golpes”. Já se noticia na imprensa que o caminho mais provável do deputado é a filiação no PMDB, partido onde contaria com mais facilidades para dar continuidade à sua carreira.

A campanha já toma forma

Enquanto isso, a campanha do PT já toma forma. Cerca de duzentos ativistas e lideranças do movimento operário popular compareceram à inauguração do comitê de campanha, com sete salas, localizado no centro da cidade.

Uma série de contatos já vêm sendo feitos com possíveis candidatos à vice-prefeitura, nos marcos definidos pela convenção. O partido já conta com dois nomes de peso: o da vereadora Helena Greco, que tem um notável reconhecimento em Belo Horizonte pelo trabalho que desenvolve em favor dos direitos humanos, e o da professora Sandra Starling, que puxou como candidata à governadora a chapa do PT em 1982. Até no máximo o dia 15 de



agosto, prazo final para a realização da convenção legal, o candidato a vice-prefeito já deverá ter sido escolhido.

Outdoors nas principais vias de Belo Horizonte já estampam o lema da campanha “PT - conquiste BH”, um chamamento à população para tomar em suas próprias mãos o governo da cidade. E um primeiro boletim de campanha com tiragem de 200 mil exemplares foi editado como primeira apresentação mais ampla da candidatura. Reuniões e debates vêm sendo realizados em bairros e categorias de trabalhadores com a formação dos primeiros núcleos de campanha.

Uma candidatura classista e de massas

Só agora o quadro das candidaturas dos diversos partidos vai se definindo. O mais provável é que não saia a coligação entre o PMDB e o PFL: enquanto este último não abre mão da candidatura do ex-prefeito biônico Maurício Campos, nove candidatos disputam a indicação pelo PMDB. O PDT sai com chapa própria, com a candidatura do velho populista Jorge Carone na cabeça. O PCB já lançou publicamente um nome, a do vereador Arutana Cobério.

Neste contexto de um resultado eleitoral imprevisível, com vários candidatos burgueses disputando faixas semelhantes de voto através de uma guerra de esquemas clientelistas, há um grande potencial de crescimento para a candidatura do PT. Contando com uma boa infra-estrutura de campanha, capaz inclusive de projetá-la pela utilização dos meios de comunicação de massa, mobilizando já no início centenas e centenas de ativistas e lideranças do movimento operário e popular, com um discurso agressivamente classista e de oposição ao governo da Aliança Democrática, a candidatura de Virgílio Guimarães poderá trazer novas surpresas para os analistas políticos após o 15 de novembro.

Mares Guia abandona o PT

No fechamento desta edição recebemos a lamentável notícia da saída de Mares Guia do PT: ele filiou-se ao PMDB. Neste momento em que o PT se defronta com sérios desafios, é fundamental a mais ampla unidade dos petistas.

A cidade, a prefeitura e a proposta de governo do PT.

Este é o título de um documento que a articulação "Construir uma alternativa operária e popular" apresentará no Encontro da Capital. É uma contribuição ao debate que preparará a Campanha para a prefeitura da cidade. Apresentamos a seguir um resumo deste documento.



1. A cidade para os trabalhadores é uma realidade muito diferente da cidade para os patrões. A cidade é, em nossa sociedade, estruturada pelo capitalismo, que modela seu crescimento em função de suas leis. Isto afeta todos os aspectos da vida urbana. A cidade é o espaço onde a burguesia instala suas indústrias, organiza os serviços necessários ao seu funcionamento, coloca à sua disposição a força de trabalho que necessita, desenvolve o mercado que consome sua produção, bem como o seu sistema de comercialização e financiamento, transforma cada atividade em uma fonte de lucro. É neste espaço que coexistem a burguesia, o proletariado, as camadas médias e setores sociais marginalizados pelo sistema. Cada classe social desenvolve uma relação diferente com a cidade, que se manifesta nos bairros em que mora, na forma como é ou não atendida pela rede de serviços urbanos, etc.

2. O conjunto da estrutura de serviços urbanos (transportes, saneamento, eletricidade, habitação, segurança, saúde, educação, lazer, etc) fundamentalmente está organizado de forma a responder aos interesses da acumulação de capital e não às necessidades do povo trabalhador. O proletariado, explorado nos locais de trabalho, continua sendo massacrado fora da empresa pelas péssimas condições de vida. A burguesia procura reduzir os gastos com a infra-estrutura de serviços sociais urbanos ao mínimo necessário para não inviabilizar o funcionamento do sistema, buscando investir somente nas atividades que aumentam a rentabilidade do capital. A ela pouco importa que o trabalhador tenha que gastar quatro horas por dia num ônibus caro e cansativo.

É o funcionamento do conjunto do sistema capitalista que orienta a determinação das prioridades, dos critérios de rentabilidade e, portanto, dos investimentos nos serviços urbanos (mesmo no que diz respeito às empresas públicas, às entidades com objetivos sociais, etc.). Estas determinações não podem ser quebradas apenas a nível da própria cidade. A prefeitura de São Paulo tem uma dívida de 28,5 bilhões de dólares que não poderá, mesmo com uma profunda reforma tributária (que somente pode ser obtida no plano federal), ser paga antes do ano 2000. É impossível pensar no replanejamento da estrutura de serviços da cidade de São Paulo para responder às demandas sociais dos trabalhadores, isto é, pensar em políticas alternativas globais viáveis que sejam mais do que reformas parciais e limitadas sem solucionar previamente a dependência dos governos estadual e federal.

Isto não é um problema de São Paulo ou das cidades brasileiras. A deterioração da estrutura de serviços urbanos é uma característica comum ao conjunto das metrópoles dos países capitalistas no atual momento histórico, inclusive nos países imperialistas (ainda que aí o retrocesso possa não ser tão grande). Por outro lado, com a crise econômica e a queda da taxa de lucro, a burguesia tem procurado cortar o máximo possível os gastos sociais do Estado e os serviços urbanos consomem, em geral, importante parcela dos orçamentos públicos. Por outro, a complexidade crescente da rede de serviços urbanos, a orientação que preside o seu desenvolvimento e os custos crescentes com a sua manutenção, bem como a tendência do capitalismo à centralização do poder de decisão estatal no raio de ação dos governos centrais, têm transformado a dependência das prefeituras das grandes cidades frente aos governos nacionais numa característica geral de nossa época. Não é um fenômeno paulista ou brasileiro que possa ser resolvido com uma boa reforma tributária (diga-se de passagem, irrealizável nas condições atuais do capitalismo brasileiro), mas uma tendência de fundo imposta pela própria lógica do capitalismo monopolista.

3. A prefeitura é uma parcela do Estado burguês, que está organizado em diferentes instituições — o governo (o grupo investido da direção do aparelho de Estado), o aparelho administrativo (inclusive a burocracia ligada às empresas estatais), o aparelho militar e poli-

cial, as instituições legislativas e judiciárias — e esferas de poder — federal, regional, estadual e local (a prefeitura).

Nosso objetivo estratégico de superação revolucionária do capitalismo, na luta pelo socialismo, exige a destruição do conjunto deste aparelho de dominação de classe da burguesia. A nossa participação em eleições executivas tem, pois, um caráter contraditório na medida que concorremos a estas instituições procurando criar as condições para negá-las, acumulando forças no movimento operário e popular para que ele possa criar suas próprias instituições de poder e destruir o estado capitalista. Assumirmos uma prefeitura pode ser uma importante alavanca neste caminho, desde que não se perca de vista os limites dentro dos quais temos que atuar.

4. Os problemas urbanos são também determinados pelas condições específicas de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, onde ele revelou-se incapaz de romper a dependência com o imperialismo, empreender uma verdadeira reforma agrária e de manter um processo equilibrado de desenvolvimento econômico e social. A manutenção do latifúndio e a brutal imposição da organização capitalista da produção na agricultura, força a migração massiva para os grandes centros urbanos dos camponeses expulsos de suas terras. Nas cidades sobrevivem como podem. A crise atual do capitalismo reduziu cada vez mais as possibilidades de encontrarem empregos. Esta população aglomerada em favelas, cortiços e bairros

desprovidos dos serviços urbanos mínimos, indispensáveis a uma vida digna. A irracionalidade do modo de produção capitalista produz, assim, a concentração da riqueza nas mãos de uns poucos, o desemprego e a miséria crescentes do proletariado na cidade e no campo e o crescimento desordenado das cidades, que rebaixa ainda mais as condições de vida do povo trabalhador.

5. Estas observações devem ser levadas em conta na definição de nossa orientação global para a cidade e a prefeitura. Os problemas dos habitantes das grandes metrópoles são tão amplos que hoje a questão urbana não tem solução real nos marcos do capitalismo. Neste sentido, a luta por uma reforma urbana radical joga um papel semelhante à luta por uma autêntica reforma agrária. A luta por demandas imediatas (como habitação, educação, lazer, etc.), nos marcos do combate por uma reforma urbana radical, conduzem a enfrentamentos de intensidade crescente contra a burguesia e seu Estado (em todos os níveis), acumulando forças no campo do movimento operário e popular.

Os trabalhadores necessitam uma mudança profunda das suas condições de vida, uma reestruturação do conjunto dos serviços sociais e da legislação urbana em função do atendimento de seus interesses. Isto implica em: organizar e aprofundar os distintos movimentos sociais urbanos, por reivindicações específicas; dotá-los de direções avançadas, politizadas e politizadoras; unificá-los em torno de um projeto global de sentido anti-capitalista, de reforma urbana radical; ligar este movimento a um amplo movimento operário e popular socialista, que conteste a dominação política, ideológica, social e econômica da burguesia em todas as esferas da sociedade, centrado no enfrentamento político, o único capaz de articular os demais.

6. Para efeito da campanha eleitoral em escala de massas, o eixo deve ser as propostas imediatas de mudanças-já, gerais e municipais, no sentido de aprofundar a luta por reformas radicais como uma maneira de que o movimento realize o necessário acúmulo de forças e possa encaminhar no futuro, a partir da sua própria experiência de lutas, a abordagem da saída revolucionária. Todavia, nas discussões, entre as pessoas mais politizadas, é necessário realizar a crítica socialista do capitalismo em relação à realidade urbana. E, na própria campanha de massa, indicar, como um aspecto complementar a saída socialista como solução geral, também para os problemas das cidades.



A trajetória do movimento sindical e a greve geral

AMÉRICO BERNARDES



Balanço

A necessidade de unificação das lutas é um tema há muito presente no movimento sindical que hoje ganha importância.

O recente ciclo de greves recoloca uma das mais importantes questões com a qual o movimento sindical brasileiro tem se debatido nos últimos anos: a necessidade de globalização das lutas e da ampliação das formas de lutas.

A resolução deste problema não está vinculada a uma categoria. É uma tarefa colocada para a CUT, que já conseguiu dar um passo nesta direção, com a unificação de uma pauta nacional de reivindicações.

A história recente do movimento operário mostra que esta questão não se apresenta apenas na atual conjuntura, mas que tem se colocado ao longo dos vários períodos pelos quais o movimento passou.

1978: o ABC das greves

O primeiro destes períodos pode ser demarcado como o período de ascenso geral que se inicia com a greve dos metalúrgicos do ABC paulista de 78 e que vai até meados de 1980. A vitória da greve é sinal e incentivo para várias outras categorias, que se lançam à luta. Num primeiro momento a reação da ditadura é de reprimir o movimento. Também a burguesia não é capaz de apresentar uma resposta à ofensiva dos trabalhadores. Por um lado, os setores liberais do MDB manifestam seu apoio (embora sem se comprometerem com o movimento), por outro lado, os setores mais reacionários só conseguem clamar pela ação mais enérgica por parte do regime.

Apesar de não contar com nenhuma estrutura nacional que desse suporte à sua luta, o movimento operário se mantém na ofensiva, o que significa a vitória de várias greves neste período. No ano de 1979, cerca de três milhões de trabalhadores paralisam suas atividades participando de aproximadamente 430 greves em todo o país. Os trabalhadores superam em grande parte a repressão policial e as intervenções com o desenvolvimento de formas localizadas de sustentação, sendo que a principal destas será a constituição dos fundos de greve.

O saldo do período é a iniciativa por parte das lideranças sindicais mais combativas que, junto com setores da esquerda organizada, lançam-se na construção do PT. Contudo o PT não consegue se estabelecer como direção necessária, e os trabalhadores começam a viver o período mais grave da re-

cessão sem contar com uma direção nacional que pudesse ser referência geral para as lutas.

O ano de 1980 começa com a retomada das lutas, novamente com a greve dos metalúrgicos do ABC. Contudo, a ditadura conta com novas armas: uma forte intransigência patronal e o fantasma do desemprego que começa a rondar a classe. A necessidade de implantação da política recessiva ditada pelo FMI coloca de maneira mais forte a necessidade de que o regime derrote o movimento operário, em particular o seu núcleo mais avançado: o ABC paulista. O ato do 1º de maio, que reuniu cerca de 120 mil pessoas, representa o encerramento deste ciclo de lutas e se constitui numa demonstração de que os trabalhadores não se curvavam à política do regime.

O período da recessão

Se comparado a 1979, o ano de 1980 contou com uma baixa considerável da atividade do movimento, tendência que se manteria até 1983. Em 1980 foram registradas cerca de 190 greves, envolvendo perto de 1,2 milhão de trabalhadores. A partir de 1981 amplia-se o desemprego e os reajustes semestrais já não conseguem acompanhar a alta do custo de vida.

Buscando romper o isolamento das lutas e barrar a ofensiva do regime, Lula propõe no 1º de maio em São Bernardo a preparação de uma greve geral para o dia 1º de outubro daquele ano. A proposta começa a ser trabalhada por vários setores do movimento sindical e é aprovada na I Conclat. Contudo, devido à composição da Comissão Nacional Pró-CUT (formada majoritariamente por sindicalistas ligados ao bloco pelego-reformista), esta luta, assim como muitas outras aprovadas, não foi encaminhada.

Os anos de 81 e 82 marcam a maior ofensiva no movimento por parte dos setores pelegos e reformistas, que tem seu ponto máximo no adiamento do Congresso de 1982, contrariando a decisão da maioria dos Enclats realizados em vários Estados do país.

O regime avança na sua ofensiva, pressionado pelo FMI e começa a produzir alterações na política salarial. O movimento operário reage e força o Congresso Nacional a derrotar o governo, derrubando o decreto 2.012. Esta retomada se dá num momento de preparação do Congresso de 83, com a

realização de Enclats em praticamente todos os Estados do país.

Diante desta vitória, o movimento se lança à luta e ampliam-se as manifestações contra a política do governo. O governo também tenta avançar na sua política de arrocho aos salários. Novos decretos são baixados, sendo que os principais foram os de nº 2024 (sobre política salarial) e 2036 (sobre o controle das empresas estatais).

Inicia-se em julho um processo de greves nas refinarias de petróleo que logo conta com a adesão dos metalúrgicos de São Bernardo. Os setores pelegos e reformistas tentam adiar o confronto mas são obrigados a assumir, ou a não se contrapor abertamente à onda de lutas que se formava. O resultado deste avanço é a greve do dia 21 de julho, que contou com a participação de cerca de três milhões de trabalhadores (principalmente em São Paulo e Rio Grande do Sul). A greve geral de 21 de julho abre um novo período para o movimento e coloca de forma mais clara a necessidade de construção da CUT. Os setores pelegos e reformistas tentam a última cartada para imobilizar o movimento e provocam sua divisão. Contudo, os sindicalistas combativos mantêm as deliberações das instâncias unitárias do movimento e em agosto de 83 é criada a CUT.

O novo período de ascenso

A CUT não consegue de imediato se constituir como a direção nacional necessária. A desmarcação da greve geral de 25 de outubro acentua este problema. De qualquer forma, 83 já representa a retomada das lutas por parte do movimento sindical, com a realização de 220 greves que contaram com a participação de cerca de 900 mil trabalhadores, sem contar os envolvidos na greve de 21 de julho.

O ano de 1984, marcado pela contestação geral da sociedade ao regime militar, através da campanha pelas diretas-já, teve, como não poderia deixar de ser, uma nova demonstração de vitalidade no movimento sindical. Foram realizadas 620 greves que contaram com a participação de cerca de três milhões de trabalhadores.

Entretanto, apesar de compor o substancial desta campanha, o movimento operário não consegue se apresentar com feição própria. O PT assume uma política de atuar como ala esquerda da frente que lutava pelas dire-

tas, não colocando claramente suas alternativas. Desta forma as direções do movimento operário e popular são obrigadas a se curvar às pressões da burguesia e de seus aliados no movimento, desmarcando o dia nacional de paralisação. Neste sentido, a vitalidade que havia no campo da luta econômica, não se refletia na luta política.

A "Nova República"

Com a recusa do PT de participar do Colégio Eleitoral, e o repúdio do I Congresso da CUT às eleições indiretas, o movimento operário garante perspectivas de entrar ofensivamente na "Nova República".

Os apelos para a pacificação e o pacto não são ouvidos pelos trabalhadores, que imbuídos do sentimento de mudança avançam nas suas lutas. O ano de 1985 é aberto por uma série de greves, sendo que nos quatro primeiros meses do ano foram realizadas cerca de 270, e só na última semana de abril foram registradas 53 greves.

O governo, na tentativa de cooptar o movimento, se apresenta como árbitro dos processos grevistas, reforçando a necessidade de negociações. Ao mesmo tempo, lança um processo de repressão seletiva. A burguesia age diretamente, com pressões e demissões em massa.

Desta forma, como colocamos no início, é fundamental a atividade no sentido de reforçar uma dinâmica de globalização e politização, avançando a campanha nacional da CUT em suas reivindicações e generalizando a luta contra o FMI, construindo objetivamente a hegemonia da CUT no interior do movimento.

Novamente se coloca a questão da preparação da greve geral. Se no princípio o ascenso de 78 esta questão não foi colocada, isto se deu basicamente pela existência de vitórias localizadas e pelo estágio embrionário da organização nacional. Contudo, a partir de 1980 a preparação da greve geral ganha total atualidade. Este debate tem passado as discussões fundamentais no movimento sindical, colocando-se nos seus principais eventos.

Com a persistência da política econômica e as perspectivas de um novo ciclo de lutas, o movimento operário, em particular a CUT e o PT, já deve se preparar para o avanço necessário, evitando cometer o erro de acompanhar os processos isoladamente, impondo desta vez uma dinâmica unitária às lutas dos trabalhadores.



CUT Regional da Grande São Paulo

Unificar as lutas, politizar a ação

Em sua Plenária, a CUT Regional da Grande São Paulo aprovou um plano de trabalho para o segundo semestre que busca unificar e politizar as lutas que estão por vir, na capital paulista. Uma importante contribuição para superar os impasses vividos pelo movimento operário no presente. EM TEMPO apresenta e discute as resoluções da plenária.

EDUARDO ALBUQUERQUE

Anova qualidade dos enfrentamentos entre o movimento operário e o patronato e seu estado já colocam um conjunto de desafios para os trabalhadores. O que força o desenvolvimento de discussões e busca de alternativas de ação política e sindical.

Particularmente a greve do ABC, com o resultado objetivo pouco satisfatório atingido deixou claro ao conjunto do movimento a necessidade de se dar passos adiante na tática de mobilização e luta. A burguesia mostrou-se já através da intransigência nas negociações seja através da ação repressiva do novo governo que entrou firme e preparado nos primeiros confrontos, com o movimento operário.

Neste quadro de discussão e articulação de respostas operárias à tática da "Nova República" uma importante iniciativa se desenvolveu: a Plenária Regional da CUT da Grande São Paulo discutiu uma avaliação do momento político e definiu um plano de trabalho para o segundo semestre deste ano.

Este Plano parte de uma avaliação dos ciclos da luta operária no país desde o início dos anos 70, localizando os seus ascensos e fases, discutindo o espontaneísmo presente nas lutas e definindo as características do movimento que se inicia de uma maneira mais localizada, fábrica a fábrica e se desenvolve como movimentos de categoria ou mesmo mais generalizados como na greve geral de 21 de julho. Ao lado disso é analisada a ação da repressão, que passa de uma forma mais geral a uma forma mais seletiva, que seria a característica da atual, onde as demissões e perseguições têm um papel chave.

O diagnóstico feito pela CUT Regional aponta para uma dinâmica, ascendente do movimento. Nesta linha, a expectativa para o segundo semestre deste ano é a de um movimento grande, de muitas lutas.

Este quadro de lutas se dará em uma conjuntura onde várias das iniciativas políticas e institucionais da "Nova República" terão lugar. E a avaliação da CUT Regional é a de que o movimento operário não poderá se ausentar delas: é necessário ter uma política operária que combine as mobilizações salariais que terão lugar com as campanhas políticas tanto as eleições municipais co-

mo a convocação da Constituinte. A idéia é a de se estabelecer uma presença operária e popular mais possante na cena política nacional.

A Unificação das Campanhas Salariais

A CUT da Grande São Paulo identifica para o segundo semestre todo um conjunto de campanhas salariais. O mês de novembro é um mês onde campanhas salariais de peso terão lugar: metalúrgicos, químicos e plásticos. Nestas campanhas se enfrentará tanto a repressão patronal e estatal como o bloqueio dos sindicalistas ligados à CONCLAT. Deve-se buscar romper com o isolamento que o governo e os patrões querem impor.

Desta maneira é necessário passar a um plano superior de luta contra os patrões e o governo. Não é mais possível continuar insistindo em greves setoriais ou locais, que podem levar a isolamentos e impasses, que fazem perder a perspectiva de vitória do movimento. Cada vez mais, torna-se necessário planejar a campanha salarial com grande antecedência, preparando e organizando a categoria para o enfrentamento e sobretudo, buscando ampliar a luta com outros setores, unificando pautas e formas de luta. E atingindo as bases da Conclat. O objetivo é organizar uma Campanha salarial unificada e classista.

Além da articulação intercategorias deverá ser buscada a unificação com o movimento popular.

Derrotar o peleguismo

A Grande São Paulo é ainda um reducto dos pelegos. É fundamental derrotá-los nas eleições que virão. Já no início do semestre teremos duas eleições, a dos plásticos e dos químicos (onde os pelegos jogam 550 milhões de cruzeiros). Além dessas outras eleições ocorrerão e já se articulam oposições que a CUT Regional deve apoiar. Esta política sindical é necessária para consolidar e ampliar em São Paulo a base de um sindicalismo classista e de luta.

As eleições sindicais deste início de semestre estão sendo entendidas como

um passo na preparação da Campanha Salarial classista e unitária.

Eleições Municipais e as campanhas salariais

As campanhas salariais de novembro (que envolverão 500.000 trabalhadores) poderão cumprir, segundo a CUT Regional, um papel importante nas eleições de novembro. Para o movimento popular, dependendo sobretudo da orientação política da campanha eleitoral, poderá representar um momento de avanço. A preocupação central para os trabalhadores é a de articular a campanha eleitoral e as lutas políticas gerais com as específicas e as reivindicações sociais e econômicas. Dessa combinação deve resultar o reforço da organização independente nas fábricas, nos bairros, nos sindicatos etc, ressalta a CUT Regional.

Para a CUT Regional, a ligação entre os problemas locais e nacionais na campanha eleitoral deverá ampliar a discussão atual sobre a necessidade dos trabalhadores intervirem no processo de convocação, eleição e funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte.

Segundo a CUT "... a conquista das principais reivindicações hoje colocadas pelo movimento (redução de jornada, reajustes automáticos, reforma agrária, direito de greve etc) articula-se com as necessidades básicas da população da Capital, como moradia, saúde, transporte etc. Ela exige o rompimento com o FMI para que as reivindicações possam ser atendidas. Esse conjunto de questões aponta para a necessidade de lutarmos pela soberania, liberdade e democracia da Assembléia Nacional Constituinte, em contraposição aos projetos da burguesia que visam legitimar a transição das elites".

Um plano de trabalho para concretizar os eixos da luta

Na unificação das campanhas salariais, a concentração será feita nas de novembro: metalúrgicos, químicos e plásticos.

A busca da unificação com o movimento popular, envolvendo-o na unificação das lutas terá na realização dos

comícios da CUT nos bairros uma iniciativa importante.

O esforço da consolidação da CUT deverá ser concretizado pela efetiva instalação das sub-sedes, locais privilegiados para a articulação das várias fábricas, categorias, bairros que participam da luta. A idéia é montar uma verdadeira teia de ativistas.

A atenção com a defesa frente a repressão patronal deve ser grande, para evitar que ela impeça o avanço da luta.

As lutas e as campanhas devem ser integradas com a permanente denúncia do governo e do capitalismo, apontando o socialismo como a saída dos trabalhadores.

Não foi descuidada a preocupação com a formação política, que deverá ser encaminhada pelas sub-sedes.

A iniciativa da CUT e o papel do PT

Ao articular de conjunto as ações sindicais e políticas que envolverão os trabalhadores neste segundo semestre, um importante passo é dado: está aberta a possibilidade de ser rompido o economicismo e a desunificação das lutas. A discussão e o plano de trabalho desenvolvido pela CUT devem ser uma referência para o conjunto do movimento operário combativo do país.

Para efetivar esse plano, concretizando-o, é necessário não apenas o envolvimento de todas as forças da CUT mas também o envolvimento do PT.

De início pela necessidade de contribuir tanto para a ação inter-categorias como para a unificação com o movimento popular. É importante que na ação do PT esteja contemplado o trabalho com este plano.

No planejamento da Campanha para prefeito a articulação entre as lutas que se desenvolverão e a campanha em si deve ser pensada: apenas com esta orientação na Campanha poderá o PT se fortalecer, demarcar com os outros partidos, difundir uma orientação política contra o pacto social e a Aliança Democrática.

Discutir no PT este plano e comprometê-lo com a sua execução é uma tarefa fundamental para a militância combativa do PT nas próximas convenções do partido.

Operários da GM

A ameaça de condenação

Os 33 trabalhadores da General Motors serão julgados e correm o risco de ser condenados até a 8 anos de prisão. A defesa destes trabalhadores foi o principal ponto do Ato Público convocado pela CUT em São Paulo.

No dia 12 de julho realizou-se em São Paulo o Ato Público convocado pela CUT, contra a demissão de trabalhadores e pelo fim da lei de greve. O ato teve como destaque a solidariedade aos 33 trabalhadores da GM, ameaçados de prisão por sua participação na ocupação da fábrica em São José dos Campos, no final do mês de maio. Ele contou com a participação de cerca de 400 pessoas, sendo a maioria constituída de operários, representantes de comissões de fábricas e grupos de fábrica e representantes dos trabalhadores do interior do Estado, tanto do setor urbano quanto rural.

Um dos pontos ressaltados durante o ato, foi a "agilidade" com que o governo Montoro agiu no caso da GM. Não bastasse a agressão policial aos grevistas que se mantiveram na fábrica, todo o levantamento da situação feito — pelo delegado de polícia da ci-

dade sob encomenda do governo do Estado — acaba por incriminar os operários, como era de se esperar. Entre os acusados está o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São José dos Campos, José Luiz Gonçalves, apontado no relatório do delegado de polícia como "um dos principais, senão o principal responsável por todos os acontecimentos abusivos e ilícitos ocorridos na General Motors". Contra os demais trabalhadores envolvidos no processo, o tom das acusações não é mais ameno.

Dois pesos e duas medidas

No dia 17 de junho o relatório foi entregue ao promotor e a 2 de julho ele já apresentava a denúncia contra os trabalhadores, que a partir daí passaram a ser considerados "culpados". Eles agora serão julgados com base no Código Penal e poderão ser condena-

dos a até 8 anos de prisão. Para que isto acontecesse, pouco mais de um mês foi o suficiente. Em 15 dias o relatório encomendado pelo governo Montoro estava pronto. Apenas mais 15 dias se passaram e o promotor passou a considerá-los culpados. Neste caso, o governo Montoro demonstrou uma "eficiência" na apuração dos fatos até hoje não experimentada em outros acontecimentos, a exemplo de Guariba, quando a polícia chegou a invadir as casas dos trabalhadores rurais para espancá-los e a seus familiares.

Mas dois pesos e duas medidas não são novidades. A "justiça" que aí está joga sempre a favor dos detentores do capital, em defesa do aparato do Estado e sempre com base numa legislação forjada em anos e anos de ditadura e que se mantém para os trabalhadores mesmo após os ares de "nova" desta República.

A possibilidade de condenação des-



tes trabalhadores é grande. Por isso, a solidariedade e manifestações de apoio aos 33 da GM se impõe neste momento, a exemplo do Ato Público do dia 12, de outras manifestações de apoio como as que vêm ocorrendo em assembleias de categorias ou através de telegramas ao promotor José Silvino Perantônio, encarregado deste caso. Afinal, o que está em julgamento no caso da GM, mais do que qualquer ato dos operários, é o direito dos trabalhadores de travarem suas lutas em defesa de seus interesses.

Plásticos/SP

Na reta final contra o peleguismo

A Chapa 2 se aproxima das eleições para o Sindicato dos Trabalhadores Plásticos de São Paulo e Caieiras, fortalecida por uma atuação firme na direção das lutas da categoria.

Os trabalhadores plásticos de São Paulo estão a um passo da conquista de seu sindicato, rompendo com a política patronal e o peleguismo ali instalados há 21 anos. Nos dias 5, 6, 7 e 8 de agosto serão realizadas as eleições para a direção do Sindicato dos Trabalhadores Plásticos de SP e Caieiras e pela primeira vez uma chapa verdadeiramente de oposição, apoiada pela CUT, estará competindo. É a chapa 2, encabeçada por Matisalem Covas Pontes, da Tecplast, que desde o seu lançamento no dia 17 de maio vem dando o tom da campanha e fazendo com que — na defensiva — a atual diretoria do Sindicato tenha que vez por outra se travestir de "combativa", numa manobra que em nada vem escondendo a verdadeira face de quem sempre se manteve passiva frente a todos os problemas da categoria. E ela sabe bem porque faz isto: nestas eleições não estão em jogo apenas a conquista de um dos sindicatos mais importantes de São Paulo. A vitória da chapa 2 contribuirá para a consolidação da Central Única dos Trabalhadores em São Paulo e implicará em significativas possibilidades de mudança na Federação dos Químicos, da qual o Sindicato dos Trabalhadores Plásticos faz parte, juntamente com o Sindicato dos Químicos de São Paulo e de Santo André, filiados à CUT. Isto tem feito com que a Conclat ponha as suas "barbas de molho", escaudada por sucessivas derrotas, a exemplo das que enfrentou junto aos bancários do Rio, metalúrgicos de São Leopoldo, Belo Horizonte e no interior de São Paulo.

Mais do que botar as "barbas de molho", para garantir a continuidade do peleguismo da chapa 1 no Sindicato dos Plásticos e uma oposição ao Sindicato dos Químicos, a Conclat decidiu

colocar muito dinheiro — 550 milhões de cruzeiros — e todo o aparato do Sindicato dos Metalúrgicos no páreo.

A ação contra a encenação

Contra toda esta máquina, a chapa 2 vem se impondo pela sua estreita ligação com as bases e uma campanha centrada na discussão e mobilização da categoria em cima de seus problemas mais prementes. Foi assim que no início do mês de julho ela passou a puxar a luta pelo não desconto da antecipação salarial de 17% sobre o reajuste da categoria que está por vir. Perdida frente a esta iniciativa, a diretoria do Sindicato — que já estava com um boletim impresso aceitando o desconto — teve que recuar. Numa linguagem enganadora, ela se viu obrigada a convocar uma "Assembleia" da categoria para o último dia 12. "Assembleia" é modo de dizer. O que se viu ali foi uma verdadeira encenação, na tentativa de se criar um fato político que desviasse a atenção da categoria e esvaziasse a luta. Embora em seu boletim de convocação a diretoria do Sindicato lembrasse a todos da "necessidade de apresentação da carteira de trabalho ou de associado", neste caso não foi nada disso o que se viu por lá. Sem nenhum controle de entrada e com a participação de membros de outras categorias para fazer número a seu favor, a diretoria do Sindicato viu o feitiço voltar contra o feiticeiro. Sem propostas já que não tem capacidade de assumir consequentemente a luta pelo não desconto, ela se viu forçada a manobrar, propondo uma passeata de protesto que esvaziaria a Assembleia. Tal manobra fez com que a Assembleia rachasse e a diretoria do Sindicato colocasse claramente a sua verdadeira proposta de aceitação do desconto e tenta-

tiva de uma nova antecipação salarial em setembro.

A isto a oposição contrapôs a continuidade da luta com a formação de um Comando Central que a oriente, a formação de uma Comissão de Negociação para atuar junto com o Sindicato nas conversações com os patrões e a realização de Assembleias Regionais para tirar comandos de lutas nas regiões. A demonstração desta capacidade política de direção da luta é que vem dando à chapa 2 a confiança dos trabalhadores descontentes com a passividade de seus dirigentes sindicais.

Na base, a discussão dos problemas

No processo de campanha, a chapa 2 não vem apenas defendendo um programa claro de combate à atual política de austeridade, contra o arrocho e o desemprego desta categoria que nos últimos cinco anos vem sofrendo drasticamente com um processo de demissões em massa que reduziu o seu número de 60 mil trabalhadores na base para 38 mil. Mais do que isto, nas fábricas a chapa 2 vem realizando uma detalhada eleição dos principais problemas, seguida por várias reuniões nestes locais. Além do não desconto da antecipação salarial — que vem ganhando disparado nas pesquisas — os trabalhadores

plásticos insistem na mudança da data base que, sendo em janeiro, acaba provocando uma perda ainda maior no valor do 13º salário, o reajuste trimestral; alguns pontos específicos como as contratações para serviços temporários e o não pagamento da insalubridade por grande parte das fábricas.

Apesar do otimismo pela receptividade que vem encontrando junto aos trabalhadores da categoria, uma preocupação que se mantém para a chapa 2 é com relação às manobras no processo eleitoral. Até agora ela vem exigindo, sem resposta, a relação dos eleitores, mesários e fiscais que o Sindicato se recusa a fornecer. Apenas o acesso a registro dos associados — através de um mandado de segurança — foi possível até o momento.

Fora isto, o trabalho continua e se intensifica nesta reta final, nos poucos dias que antecedem as eleições. É este o clima, de uma combativa campanha, que vem tomando conta das fábricas e dos trabalhadores plásticos de São Paulo, na preparação de uma importante vitória. Reforcá-lo, através da participação nos Comitês de Apoio da Chapa, é uma tarefa que se impõe a todos aqueles que defendem um sindicalismo autêntico e combativo e o fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores.

A Chapa 2 conta com o seu apoio

Cinco Comitês de Apoio da Chapa 2 vem funcionando ativamente com trabalho de sobra para todos. De o seu apoio, colabore com a campanha dos plásticos, comparecendo a um destes lugares:

Rua Carlos Gomes 1.037, fone 52-1594 - Zona Sul
Rua Joaquim Machado 224, fone 872-4165 - Lapa
Rua Herval 443, fone 292-2445 - Belenzinho
Rua Canuto Saraiva 795, fone 273-5261 - Mooca
Rua D. Avelina 55, fone 572-3310 - Central - Vila Mariana.

Professores

Preparar a campanha salarial nacional unificada

As lutas dos professores de todo o país colocam com urgência a necessidade de unificar o movimento.

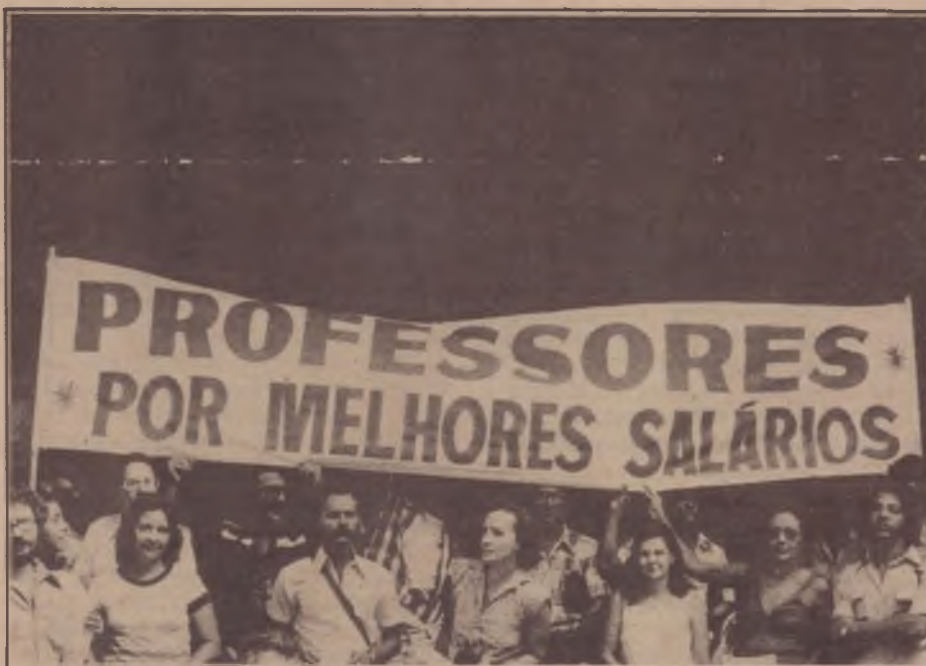
Neste primeiro semestre ocorreram greves de professores de 1º e 2º graus em vários estados: Amazonas, Pará, Ceará, Paraíba, Minas, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul. Em geral, as greves foram por melhores salários combinadas com reivindicações específicas — carreira, estatuto do magistério, eleições para diretor de escola — e aplicação da emenda Calmon — que destina 13% do orçamento fiscal da união e 25% dos orçamentos estaduais e municipais para a educação.

A greve dos professores gaúchos com 60 dias de duração prosseguiu mês de julho adentro (ver matéria abaixo). Os professores goianos suspenderam, em 30 de junho até agosto, uma greve que já durava 49 dias.

A cada dia que passa fica mais clara a necessidade de se unificar as lutas dos professores das redes de 1º e 2º graus a nível nacional. Para se conseguir esta unificação, os principais obstáculos a serem superados são dois.

Em primeiro lugar, as diferenciações regionais que ainda não permitiram a formulação de uma única pauta de reivindicações e uma única data base. Nesta onda grevista, os professores gaúchos reivindicavam reajuste semestral, piso salarial de 2,5 salários-mínimos reajustáveis com o aumento do salário mínimo, eleição de diretores de escola, e 25% do orçamento do Estado para a educação, enquanto que os paulistas reivindicavam aumento de 47,7% — trimestral mais reposição das perdas do governo Montoro — e reestruturação na jornada de trabalho. E, por exemplo, na Paraíba, reivindicavam antecipação salarial de julho para maio, reposição salarial de 35% e aumento com base no INPC.

Em segundo lugar, os “patrões” são diferentes. Cada governo pode adotar uma estratégia diferente para enfrentar o movimento.



A tentativa de unificação no Congresso de Vitória

No último congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), realizado em Vitória (ES) no mês de janeiro deste ano, ocorreu uma tentativa de unificação nacional das lutas da categoria, impulsionada pelos setores ligados à CUT. Esta unificação foi dificultada pelos motivos apresentados acima e pelo desinteresse de várias direções de entidade. O que se conseguiu aprovar foi um dia nacional de lutas, realizado em 11 de abril, que representou a primeira experiência de luta organizada pela CPB nos últimos anos. Neste sentido, representou um marco importante na construção da unificação nacional das lutas da categoria.

Não se conseguiu ir além do dia nacional de lutas, o que colocou para cada Estado a questão de lançar-se isola-

damente a um processo de lutas ou buscar sua unificação com outras categorias do funcionalismo público ou do próprio magistério como em São Paulo. Além disso, não se possibilitou um processo que arrastasse os pelegos e reformistas à greve, exceto no Ceará onde a greve ocorreu apesar dos pelegos.

Na “Nova República”, a estratégia adotada para se combater as greves é diferente da do período ditatorial. Não se recorre ao método da repressão direta e em massa, da intervenção nos sindicatos etc. A “Nova República” “reconhece” o direito de greve, defende o “diálogo”, mas busca isolar os movimentos grevistas junto à opinião pública, denunciando o caráter “inoportuno”, “antipatriótico” das greves.

O caso mais grave é o de Brizola que chama a “população” a se mobilizar contra a greve da saúde. Outra caracte-

ristica é que no próprio interior dos movimentos manifestam-se os “defensores” do governo — principalmente o PCB e o PC do B. Combina-se a esta verdadeira disputa de espaço político, a repressão seletiva que atinge os setores mais mobilizados e procura destruir ou isolar as principais direções. Exemplo disto são as demissões no ABC paulista e o processo contra as lideranças da General Motors em São José dos Campos.

Para enfrentar esta tática da “Nova República” e, em particular, dos governos estaduais, é necessário que os professores garantam o apoio de pais, alunos, e da população em geral e consigam colocá-los numa posição anti-governista.

Uma tentativa importante nessa perspectiva, é a inclusão na pauta de reivindicações da aplicação da emenda Calmon, como foi feito no Rio Grande do Sul. Esta e outras bandeiras, como mais escolas, não pagamento de nenhum tipo de taxas, são importantes para se obter o apoio do conjunto da população às greves e aumentar as pressões sobre os governos estaduais.

Unificar as lutas do próximo ano

Além das mobilizações que certamente ocorrerão no segundo semestre — a greve de Goiás ainda não foi encerrada — é necessário que se articulem os setores ligados à CUT, para garantir a unificação das lutas e desencadear uma campanha salarial unificada no primeiro semestre de 86, a ser centralizada pela CPB.

Através da apresentação de um plano de lutas e da proposta de uma campanha salarial unificada nacionalmente no primeiro semestre do ano que vem, a questão da filiação da CPB à CUT pode ser colocada em um novo patamar. A CUT se construirá na luta.



Professores gaúchos enfrentaram o governo estadual

Os professores gaúchos encerraram, no dia 8 de julho, um dos movimentos grevistas mais expressivos ocorridos no Estado. Alguns se preparavam para o “carnaval da vitória”; outros reivindicavam a continuação do movimento. A grande maioria se posicionou pelo “sim, com protesto”, reconhecendo a necessidade de encerrar a greve, mas considerando insatisfatório o acordo obtido.

Sem acompanhar o desenrolar da greve, é difícil compreender como um movimento tão forte, que se sustentou durante sessenta dias com adesão praticamente total, com um pique de manifestação inédito no Estado, pode chegar ao fim com conquistas tão distantes das suas necessidades.

De um lado, o movimento se defrontou com a intransigência do governo do Estado, que durante um mês apresentou três propostas consideradas inaceitáveis pela cate-

goria. Sem nenhuma sensibilidade popular e quase que isolado politicamente, em relação ao governo federal e dentro do próprio PDS, o discurso do governo nunca ultrapassou o argumento da “falta de recursos” e as ameaças de punições.

O recuo do comando

De outro lado, alguns setores da categoria se organizaram para por fim à mobilização. O setor reformista, contrário à greve, desde o início propunha o rebaixamento das reivindicações. Aos quarenta dias do movimento defende o lançamento de uma contra-proposta por parte da categoria. Neste mesmo momento, o PDS apresenta uma proposta “intermediária”. A proposta dos reformistas encontrou entre os zanettistas (setor do PMDB hegemônico na diretoria da entidade) fortes aliados. Os parlamentares do PMDB e do PDT, que pressio-

Rio Grande do Sul

Uma avaliação da greve dos professores

JOSÉ CLÓVIS AZEVEDO

navam pelo fim da paralisação, tiveram no Comando de Greve seus porta-vozes.

O recuo do Comando (onde os petistas e cutistas eram minoria, junto com os peemedebistas Victor Becker e Maria Helena Schorr) se tornou público para a categoria a partir da primeira convocação de assembleia geral, que desrespeitou as instâncias criadas, e para discutir uma proposta amplamente rejeitada nas assembleias regionais. O esforço da categoria, decidida a não repetir os erros e as manobras de 1980, garantiu que a greve se mantivesse por mais uma semana, porém sem conseguir respaldar propostas de radicalização, que reverterem o quadro difícil das negociações.

Os saldos do movimento

Os professores chegaram à assembleia geral do dia 8 com a proposta do governo ligeiramente modificada e sem alternativa senão encerrar a greve. As conquistas salariais foram desproporcionais ao peso do movimento (básico de 2,5 salários-mínimos só em novembro de 86) e nas verbas para educação praticamente não houve ganhos. Uma conquista política muito expressiva é a eleição de diretores de escola ainda em 85 e um avanço em relação a movimentos passados foi a garantia de nenhuma punição.

A greve significou um enorme crescimento político do magistério estadual, que superou antigos preconceitos e foi às ruas, realizando grandes atos públicos com outros setores, vigília permanente em frente ao Palácio (ao som de sineta!), acampamento nas praças de alguns municípios. O fortalecimento da categoria se expressou em assembleias extremamente massivas, chegando aos quarenta mil no dia 1º de julho.

Os saldos da greve apontam para a necessidade da categoria se manter mobilizada, na defesa das conquistas e no processo de democratização das escolas e aprofundando a solidariedade com as outras categorias, integrando-se à CUT e às lutas gerais como a Assembleia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática.

Em relação aos zanettistas, ficou claro que não têm nenhum compromisso com a CUT e que sua verdadeira política é a do pacto social. Para os setores pró CUT, e os petistas em especial, a experiência de atuação unificada no comando só reforçou a importância da construção de uma unidade mais permanente.

José Clóvis Azevedo é membro da Executiva Estadual do PT e do Comando Geral de Greve

E a CUT não foi...

Após reunir-se com empresários e economistas, Sarney e seu ministério convidam sindicalistas para um batepapo.

Pelegos e reformistas reafirmam seu apoio ao governo. A CUT não foi ao encontro e deixou a burguesia irritada.



A reunião de Sarney e parte de seu ministério com dirigentes sindicais serviu para a "Nova República" tentar marcar mais um ponto a seu favor. O resultado básico da reunião foi retratado pela imprensa burguesa como o estampado pela manchete da Gazeta Mercantil: "Sindicalistas dão apoio a Sarney".

A disposição dos dirigentes sindicais presentes em apoiar o novo governo foi tal que o ministro da Justiça saiu da reunião declarando que ficou claro que o governo "... caminha sintonizado com as aspirações populares". O que demonstra que nenhuma crítica ou cobrança foi feita ao governo que tem re-

primido greves e não atendido a reivindicações do movimento operário.

As 6 horas de reunião se constituíram em uma mera colocação de posições, que caracterizaram o encontro como um mero bate-papo. Se o governo saiu da reunião contando e propagandeando o apoio dos sindicalistas, os trabalhadores sequer entraram.

Os sindicalistas presentes chegaram a propor reivindicações distintas das assumidas pelo conjunto dos trabalhadores: o presidente da CNTI, José Calixto, propôs a redução da jornada de trabalho para 45 horas semanais...

Foi reivindicada também a liberdade e autonomia sindical mas com a interferência do estado na organização dos

sindicato e a manutenção do imposto sindical.

A CUT não fez o jogo de Sarney

Coerente com a sua postura contra o pacto social e com as propostas de mobilização independente da classe trabalhadora, a CUT não aceitou participar deste ato de apoio ao novo governo. Postura evidentemente muito combatida em toda imprensa burguesa. A empresarial Gazeta Mercantil deu todo destaque para a declaração de Pazzianotto que considerou essa ausência como "um equívoco cometido pela direção da CUT".

A irritação da imprensa burguesa é compreensível, pois sem a CUT envolvida na trama do "pacto social", como realizá-lo? A burguesia sabe muito bem que as Confederações presentes e a Conclat, por mais vontade que tenham e por mais apoio que prestem à "Nova República" não têm força suficiente para controlar o movimento operário e dar a "trégua" pedida pelos capitalistas.

A ausência da CUT deixou claro a existência de um setor de peso do movimento que não está disposto nem a abrir mão da luta nem de ser usada para dar legitimidade ao governo e a sua política anti-popular.

Rio Grande do Sul

Fundada a CUT Metropolitana de Porto Alegre

No último dia 14 foi realizado em Porto Alegre o Congresso da CUT Metropolitana de Porto Alegre. Este Congresso se insere no esforço de construção e consolidação da CUT no estado, esforço que além da CUT Estadual já conta com a CUT do Vale do Sinos.

O Congresso envolve tanto Porto Alegre como Viamão, Cachoeirinha, Gravataí.

Dele participaram 208 delegados, representando 33 sindicatos.

Esteve presente no congresso o can-

didato a prefeito de Porto Alegre, pelo PT, Raul Anglado Pont.

As decisões do Congresso

Na discussão dos temas de luta geral foram reafirmadas as bandeiras da CUT Nacional.

Foi definida a formação de Comitês Classistas Pró-Constituinte, uma proposta para desenvolver a intervenção dos trabalhadores no processo da Constituinte.

Sobre as eleições municipais foi decidida a realização pelos sindicatos de debates com os candidatos a prefeito.

O Encontro Latino-americano contra a dívida externa, organizado por várias centrais sindicais recebeu o apoio do Congresso.

A eleição da direção foi feita cargo a cargo, tendo sido eleito Presidente da

CUT Metropolitana José Jurandir, do Sintel, Vice-presidente Jurandir Daniel, da Opção Metalúrgica de Porto Alegre e Secretária-Geral Claudete Teixeira, do Sindicato dos Radialistas. A direção é composta por 36 membros.

A primeira tarefa da direção eleita será o desdobramento do Plano de Lutas aprovado para o nível municipal.

São Paulo

Peemedebistas ameaçam com demissões

Depois de uma vigorosa mobilização dos funcionários da Companhia Seguradora do Estado de São Paulo (Cosesp), onde não faltaram as promessas de democracia por parte do presidente da empresa, dr. Hubert Júlio Nogueira, a diretoria peemedebista da autarquia deixou cair sua máscara.

No dia 12 passado, diversos membros da comissão salarial da Associação Beneficente dos Funcionários da Cosesp foram ameaçados de demissão, sendo identificados como militantes da CUT e do PT.

Vale dizer que após o dia 15 de julho nenhum funcionário de estatal ou autarquia poderá ser demitido em função das eleições de 15 de novembro. O que, aliás, vem provocando um verdadeiro "trem da alegria", repleto de contratações de cabos eleitorais "peemedebistas".

A oposição sindical dos securitários e a comissão salarial da Cosesp vêm encabeçando a mobilização pela não demissão dos combativos companheiros, bem como o trabalho de solidariedade.

(Jayme Brener)

Metalúrgicos de Vitória (ES)

Chapa 3 contra o pelego

No dia 21 de julho será lançada a Chapa 3, Boca de Forno, chapa da Oposição Metalúrgica. As eleições para o sindicato serão nos dias 16 e 17 de setembro.

Presidida por Luis Carlos Santos Abreu, da COFAVI, a chapa conta com a participação de operários das principais fábricas da região (CST, SAMARCO, CIMETAL, SOBRAPA, INBRAC), demonstrando a sua força e inserção na classe.

Quem são as chapas?

A Chapa 1 é a chapa da pelegada e dos reformistas do PCB: é o continuísmo, o imobilismo frente ao sindicato.

A Chapa 2 é a chapa da corrupção: seus membros estão sendo processados criminalmente por isso.

A Chapa 3, de Oposição, é a chapa apoiada pela CUT.

A Chapa 4 é formada por operários que são desconhecidos da categoria e só tem gente de uma fábrica, a COFAVI.

As possibilidades da chapa 3

A avaliação dos ativistas é a de que as possibilidades são boas, pois o pelego está "queimado" para a categoria e as outras chapas não terão peso nas eleições. Tudo dependerá do trabalho a ser feito. A campanha já está envolvendo muita gente, o que só aumenta o ânimo da Chapa 3.

As vitórias que recentemente a CUT teve contra os pelegos e reformistas são um indício da vontade de mudança e da combatividade dos trabalhadores, o que já deve estar fazendo tremer os pelegos capixabas.

Apoio

Para fortalecer a campanha da chapa 3, os companheiros estão apresentando uma conta bancária para as contribuições: Banco Bradesco, Agência 0414/6; Centro de Vitória, conta 42.428-5.

O endereço para correspondência é: Sindicato da Construção Civil, Rua Antônio Aguirre 94, Centro, Vitória (ES).

Todo apoio à Chapa 3!

ERRATA:

Na edição nº 199, no artigo que apresentava o balanço sobre as eleições do Sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, cometemos dois erros:

— O artigo saiu assinado como sendo um balanço do MUDE. Na verdade, tratava-se de uma proposta de balanço que foi apresentada ao MUDE por dois de seus integrantes: Rui e Murilo, que são os responsáveis pelo docu-

mento.

— O segundo erro foi o na caracterização da chapa vencedora. Além dos setores citados (sindicalistas ligados ao MSB e à Convergência Socialista), também fazem parte da chapa, sindicalistas ligados ao setor Oposição independente (formado por militantes que tem referência fundamental na construção da CUT).



Voz da Unidade

As contradições da política de apoio à "Nova República"

Em seu número 256, o **Voz da Unidade** traz um editorial sobre as "indefinições na economia". Acusa o governo de não ter definido linhas claras para promover o desenvolvimento, para repor os níveis de emprego, para controlar a especulação e a inflação. Critica ainda "...as soluções casuísticas e emergenciais" tomadas na área econômica. Para embasar as críticas fazem uma séria lembrança à Aliança Democrática: "...afinal as massas que alimentaram a resistência democrática e derrotaram o regime anterior, legitimando a candidatura Tancredo/Sarney, visavam a democracia, substituir o 'modelo econômico' de que Delfim Neto se fez o maior representante". A conclusão do editorial é sobre a necessidade de "...compatibilizar a sua orientação econômica com suas decisões políticas".

Esta conclusão demonstra que o **Voz da Unidade** comete dois erros. Primeiro não percebe as limitações das decisões políticas tomadas pelo governo Sarney: não será convocada uma Constituinte mas apenas serão atribuídos poderes constituintes a um Congresso cheio de vícios, por exemplo. E essa limitação está relacionada com a incapacidade da burguesia no poder em atender às necessidades dos trabalhadores. Segundo, fecha os olhos à existência de uma clara orientação econômica, que é dada pelo FMI, orientação sacramentada desde a constituição do amplo leque burguês que

deu e dá sustentação à Aliança Democrática, que infelizmente conta com o apoio do próprio **Voz da Unidade**.

Num outro artigo, o **Voz da Unidade** critica a ausência da CUT no bate-papo de Sarney com os sindicalistas. A postura do jornal pró-pacto social é o que leva a criticar a ausência de setores que se opõem ao pacto e não estão dispostos a dar créditos de confiança a este governo. O próprio **Voz** não conseguiu explicar qual a vantagem deste encontro. Ressaltaram apenas que durou seis horas... e que "...no essencial, os sindicalistas concordaram no reconhecimento de que o governo Sarney vem buscando cumprir os compromissos mudancistas assumidos com a opinião pública democrática". Isto parece comprovar que quem saiu ganhando não foram os trabalhadores, que nada lucraram com a reunião, mas o governo Sarney, que recebeu mais um voto de confiança e apoio dos setores que há muito o apóiam. O mais estranho é que as críticas que o editorial fez ao governo ficaram inteiramente esquecidas aqui.

E vejam só, que preciosidade... A alguns dias do aniversário dos cinco anos dos acordos de Gdansk, data de enorme significação para o proletariado polonês, hoje esmagado pela repressão do ditador Jaruzelski, o **Voz** publica uma carta do Partido Operário Unificado Polonês saudando a legalização do PCB. Um pouco mais de sobriedade faria bem ao stalinismo do PCB.

Tribuna da Luta Operária

Uma veemente defesa da lei anti-greve de Pazzianotto

No número 233 há um artigo intitulado "Os trotskistas e a lei de greve", onde o articulista critica o nosso jornal evitando entrar no debate das questões abordadas no artigo.

Criticam, corretamente a lei 4330. Convoamos os companheiros a lutar pela sua imediata revogação, apoiando a emenda proposta pelo deputado Djalma Bom (do PT)! Mas ao invés de lutar pelo pleno e irrestrito direito de greve, que segundo o articulista é impossível na sociedade capitalista (esperamos, que pelo menos no socialismo da **Tribuna** esteja contemplado o direito de greve...), o articulista propõe o apoio ao restritivo e anti-democrático projeto de Pazzianotto, concordando com este atentado ao direito de greve, base jurídica para as repressões de amanhã. Fala em "avanços" da nova lei mas não diz quais e muito menos responde às limitações que apontamos no projeto.

A nosso ver, as restrições que a burguesia e seu estado impõe ao direito de greve são combatidos, simultaneamente, de duas ma-

neiras: primeiro, derrotando na prática as restrições, fazendo greves quando o movimento julgar necessário, transformando a lei em "letra morta" (como praticamente está a lei 4330); segundo, lutando para que seja assegurado o irrestrito direito de greve, que ele seja garantido.

Ao invés de aprender com essas "lições da luta operária", a **Tribuna** prefere fortalecer a "Nova República" apoiando o seu projeto anti-greve. Criticam-nos e fogem do debate por sectarismo, apoiam as propostas da "Nova República" por uma enorme disposição à conciliação de classes.

Talvez seja isso que leve a **Tribuna** a ter uma avaliação que termine colocando o governo da "Nova República" acima das classes: no número 234 partem em defesa da nova lei, argumentando que os trabalhadores devem defendê-la puxando o governo para um lado já que os empresários puxarão para o outro e o governo se posicionará em função das duas forças. Não descobriram ainda qual classe está no poder?

Fazendo o Amanhã

Um novo jornal contra a conciliação de classes

Saiu o número zero do jornal **Fazendo o Amanhã**. Sempre é importante o surgimento de jornais de esquerda que nesse momento se colocam em oposição à transição burguesa em curso e lutam por desenvolver uma alternativa operário-popular à democracia conservadora e restritiva.

O longo editorial deixa clara esta postura. Também um longo artigo "Sobre Maças envenenadas e outras fábulas" discute criticamente os frutos da "Nova República". Há ainda uma longa análise sobre a recente greve do ABC, onde é desmascarada a ação da "Nova República" e criticada a pouca politização do movimento grevista.

Há uma interessante entrevista com o secretário-geral da CUT, Paim, que avaliando a greve do ABC desenvolve a necessidade da CUT ser direção: "Para mim, no caso da recente greve a CUT não foi direção. E discordo de quem diz que a CUT conduziu dentro de suas possibilidades. A CUT lançou bandeiras nacionais do movimento mas acabou acontecendo que cada Estado levou a luta segundo o seu entendimento. Esse é e foi o maior erro. Não houve uma conjugação de forças a nível nacional".

Há um debate sobre a Constituinte onde Ozéas Duarte apresenta algumas posições onde desconhece inteiramente o atual debate sobre a Constituinte, tratando o "congresso com poderes constituintes" limitado e restrito, convocado por Sarney como se fosse a Assembleia Constituinte Livre, Soberana e Democrática. O sinal de igualdade que Ozéas coloca entre a Constituinte reivindicada e a "convocada" pelo governo Sarney desarma em muito a ação política na conjuntura, na medida em que termina por reforçar a ilusão propagada pela Aliança Democrática e pelos setores que a apóiam, como o PCB e o PC do B, de que a emenda Sarney convoca uma Constituinte. Não podemos deixar de demonstrar a cada momento as limitações da democracia da "Nova República". Isto é muito importante para a "desestabilização da transição burguesa em curso".

Um possível erro de revisão passa um susto nos leitores; há um longo artigo intitulado "Sexo é coisa da burguesia". Após a leitura fica claro que esqueceram de colocar uma interrogação no título.

Há ainda um longo artigo onde Lênin é convocado para esclarecer a justeza da posição de não apoiar a "Nova República".

APARTE

Leitor denuncia a Folha de S. Paulo

Vivemos novos tempos, sem dúvida. Os ventos da democracia bafejam em muitas direções. Essa **Folha de S. Paulo** foi, sem embargo, o primeiro grande jornal da imprensa brasileira a perceber e se aproveitar desses novos tempos para cumprir importante papel na mobilização do povo pelas diretas-já e, agora, pela Constituinte.

Assim como a "Nova República" representa o sonho e a esperança de 130 milhões de brasileiros por um Brasil mais digno, mais fraterno, mais justo, mais igual, a "Nova Folha" representa também parcela do esforço que muitos fazem para resgatar o papel crítico e a dignidade dos nossos meios de comunicação que, com raras exceções, têm servido para a reprodução do "status quo" dominante.

No entanto, esse processo de transformação vem sendo feito basicamente às custas de um segmento muito importante e fundamental dentro de um jornal que se pretende grande — os correspondentes.

São os correspondentes que enviam diariamente, de todos os cantos do país, as informações que alimentam e enxertam as páginas das grandes publicações nacionais. No caso da Empresa Folha da Manhã S.A., que edita, além da **Folha de S. Paulo**, a **Folha da Tarde**, **Notícias Populares**, **Gazeta Esportiva** e **Cidade de Santos**, um jornal para cada gosto, do mais reacionário passado por um sanguinolento ao mais liberal possível (estou exagerando), os correspondentes são muito mais importantes ainda, ou, pelo menos, deveria ser assim.

Porém, a consideração da empresa para com os correspondentes não existe. É desprezível e absurda. Na verdade, a **Folha** não tem correspondentes, já que, esperta e friamente, os correspondentes, de cujo trabalho se servem todos os jornais do grupo, além de ser revendido, estão abrigados sob uma arapuca chamada "Agência Folhas".

Cada correspondente, portanto, exceto os medalhões instalados no Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre e outras capitais, percebe tão somente a irrisória (e bota irrisória nisso) quantia de Cr\$ 750,00 (setecentos e cinquenta cruzeiros) para os que trabalham nas capitais e Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) para os que trabalham no interior, salários correspondentes a abril.

Para completar um salário, se é que se pode chamar isso de salário, para o correspondente, a empresa criou uma série de subterfúgios e artifícios como pagar uma pequena ajuda de aluguel, alguns gastos com gasolina e, de uns tempos para cá, um salário mínimo como operador de telex.

Com isso, a empresa se desobriga de assinar carteira de trabalho, deixa de recolher FGTS, faz uma tremenda economia, ao não pagar salários reais, enquanto, por outro lado, os correspondentes das pequenas capitais e do interior não gozam dos benefícios trabalhistas e são vítimas de uma exploração vergonhosa.

São 360 correspondentes nessas condições em todo o Brasil. Desmintam-me, se estiver errado, porque sou um deles.

Diante desta situação injusta, em janeiro de 82, escrevi carta à direção da empresa, solicitando assinatura em carteira, salário compatível (exige o piso mínimo da categoria) e uma indenização relativa aos quatro anos de direitos não usufruídos.

A direção da empresa não se manifestou. Pelo contrário, deixou de efetuar até o pagamento de qualquer despesa em relação ao telex que continua instalado até hoje em minha residência. Como represália, decidi manter — como mantendo até hoje — o aparelho em minha casa e só o entregarei com ordem judicial, o que me permitirá expor as minhas reivindicações.

Escrever esta carta foi a maneira que encontrei para denunciar essa exploração que os Frias praticam contra os correspondentes da casa e ao mesmo tempo questionar a coerência entre quem prega liberdades democráticas e Direitos Humanos, na teoria, e espezinha os direitos trabalhistas de quase quatro centenas de correspondentes.

Tá explicado agora porque o "império" econômico dos Frias cada vez mais aumenta mais?

Saudações jornalísticas.

José Calixto de Alencar

Cuiabá — MT

Frustrando as expectativas de maio de um ano de preparação e de vários encontros estaduais realizados, o I ENEPT não se instalou conforme o previsto. Alegando motivos técnicos, a Executiva Nacional do partido cancelou o encontro, transformando-o em uma simples reunião de petistas.

MARCO AURÉLIO CROCCO

O I Encontro Nacional dos Estudantes do PT, previsto para os dias 6 e 7 de julho em São Paulo, não se realizou. A Executiva Nacional do partido, alegando irregularidades nas atas dos encontros estaduais, transformou o encontro em uma reunião plenária sem caráter deliberativo.

A suspensão do Encontro

Ao suspender o encontro, a Executiva Nacional levou em consideração apenas aspectos formais das atas, apesar do endosso que elas receberam dos respectivos diretórios estaduais e da presença de cerca de setenta delegados eleitos em quatorze estados.

A maioria dos delegados eleitos lutou durante toda a reunião para que a executiva retrocedesse em sua decisão, argumentando a importância da unificação dos petistas no movimento estudantil e a legitimidade dos delegados eleitos pela base do partido, visto que as irregularidades apresentadas não feriam a democracia interna do encontro. Entretanto, os membros da executiva presentes à reunião não se sensibilizaram e mantiveram a suspensão do encontro.

Os reais motivos da não realização do Encontro

Por trás da não realização do I ENEPT, o que está em discussão é a visão de construção partidária expressa pela Executiva Nacional e pelos delegados eleitos pela auto-denominada "Articulação dos Estudantes Independentes" (antiga articulação dos 113) e pelos simpatizantes da revista *O Trabalho*.

Estas posições, minoritárias no encontro, têm se caracterizado por não acatar as decisões das plenárias estudantis do partido, como foi visto nos congressos da UNE de 1983 e 1984 e nos sucessivos adiamentos e mudanças

de critério do I ENEPT. Ao suspender o encontro, tais correntes colocaram acima da unificação dos estudantes petistas os seus próprios interesses. Preferiram não unificar o partido a verem suas propostas derrotadas.

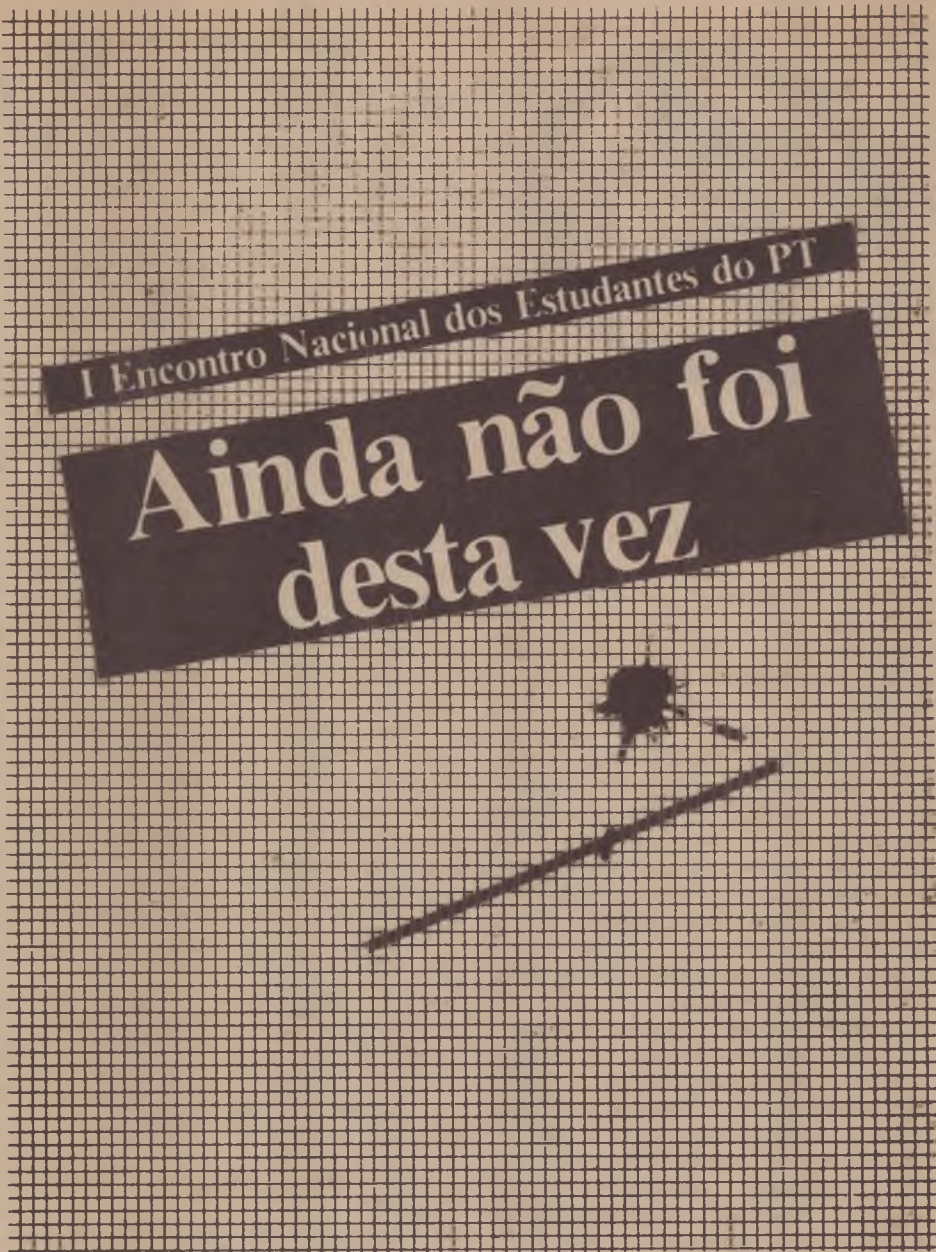
Para estes companheiros, a construção do partido significa a construção de sua articulação. Não constroem o PT como partido, mas como um prolongamento de sua corrente, impondo composições monolíticas nas instâncias de direção do partido (como na Executiva Nacional, nas secretarias estudantis de SP e MG etc.) e se recusando a acatar as posições majoritárias das instâncias onde são derrotados.

A construção do PT no ME

Esta concepção foi duramente combatida no plenário pela parcela majoritária dos delegados. Entendendo a necessidade da realização do encontro, dentro de uma perspectiva da **construção partidária**, esses delegados defenderam a importância da unificação dos petistas no movimento estudantil e de construção do PT, como forma de se contrapor à política burguesa e reformista dentro da universidade.

Para que isto ocorra é necessário que o PT defina e unifique sua linha de intervenção, capacitando os militantes a atuarem em suas escolas. Só assim o PT conseguirá se apresentar enquanto alternativa concreta e real para o movimento estudantil. A não realização do encontro impede que isto se concretize, trazendo prejuízos enormes à construção do partido.

Por outro lado, existiu durante o encontro uma visão de construção partidária distinta das anteriores, defendida por simpatizantes do jornal *Convergência Socialista*. Estes, apesar de lutarem pela realização do encontro, em vários momentos desconheciam o ca-



ráter do fórum ali existente, questionando a autoridade da executiva para decidir pela instalação ou não de um encontro setorial do partido. Dessa forma, procuraram transferir para o plenário a decisão de realizar ou não o I ENEPT, decisão que cabe somente à direção nacional.

Os saldos do Encontro

Apesar da frustração da base do partido, os diversos encontros estaduais realizados representam um avanço neste processo de unificação do partido e

servirão como base para a intervenção dos petistas nos estados, até que a Executiva Nacional encaminhe e realize o I ENEPT, conforme o indicado pela plenária da reunião para fins de setembro deste ano.

O atraso que a não realização do encontro significa para o PT e para o movimento é de responsabilidade da Executiva Nacional do partido que por ele terá de responder.

Marco Aurélio é membro do Diretório Estadual do PT mineiro.

Ao final do frustrado encontro, a maioria dos delegados eleitos nos encontros estaduais encaminhou à Executiva do Partido uma moção, na qual questiona os motivos que levaram ao seu cancelamento e suas consequências para o movimento. A íntegra da moção é a seguinte:

Moção aos estudantes Petistas

“O Encontro Nacional dos Estudantes Petistas marcado para os dias 6 e 7 de julho em São Paulo não se instalou. A despeito da presença de cerca de setenta delegados e de todo o processo de preparação que envolve um esforço dos estudantes em todos os estados, a Executiva Nacional suspendeu o I ENEPT tornando-o apenas uma reunião plenária.

Os motivos alegados para justificar tal postura foram simplesmente problemas encontrados nas atas dos delegados. E que problemas seriam estes, sérios a tal ponto que pudessem jogar por terra um esforço que vem sendo empreendido já há dois anos pela realização de um encontro estudantil? Problemas corriqueiros, que ocorrem regularmente nas várias convenções nacionais e regionais do partido e que

nem por isto inviabilizaram estes fóruns.

Porém, desta vez a direção nacional adotou uma postura diferente. Ela não examinou nem discutiu nenhum dos casos, se limitou a ler as atas, com um rigor até então nunca visto nos fóruns do partido ou dos movimentos sociais, e concluiu burocraticamente: o I ENEPT não pode se realizar. E desta maneira o argumento técnico falou mais alto que as necessidades políticas do partido.

Atitude incorreta

Porque a Executiva Nacional não tomou nenhuma iniciativa para assegurar o regimento interno do encontro, garantir sua democracia interna e instalá-lo, é uma questão que não sabemos responder. Podemos apenas

dizer que a realização deste encontro, independente de qual proposta seria majoritária, era de fundamental importância para a construção do PT nas universidades, e que ele refletia um processo de discussão da base em vários estados. Este referencial político, a Executiva Nacional perdeu de vista ao cancelá-lo. Podemos dizer também que esta não é a primeira tentativa frustrada pela direção nacional no sentido de unificar a intervenção dos petistas no movimento estudantil.

Infelizmente, saímos deste encontro com muito pouco a dizer a todos os petistas que nos elegeram para representá-los no I ENEPT. Mas com a disposição de trabalhar para um real encontro ainda este ano, para o qual pretendemos contar com o apoio não só da Executiva Nacional, mas

também do restante dos companheiros delegados ao I ENEPT. Estes companheiros, que por várias vezes se recusaram a acatar as decisões majoritárias das plenárias estudantis do partido, novamente, através da omissão e escorando-se nos argumentos da Executiva Nacional, se recusaram a realizar a discussão política e verem mais uma vez suas propostas derrotadas”.

Pela realização do I ENEPT

Assinam: Carmen - Presidente do DCE/UFMA; João da Costa - Presidente do DCE/UFRPe; Rualdo - Secretaria estudantil de PoA; Lais - coordenadora geral do DCE/FUFRJ; Vitor - Diretor do DCE/FMU-FIAM; Nelson - UFBA - Ex-diretor da UNE e mais 33 delegados.



FEMINISMO:

teoria e prática

O Comitê de Mulheres de São Bernardo do Campo reúne hoje cerca de 300 mulheres. Márcia Dangremon, militante do Comitê desde sua fundação, fala a EM TEMPO.

De onde nasceu a idéia de se criar um Comitê de Mulheres em São Bernardo do Campo?

O Comitê nasceu de um movimento organizado pelas donas-de-casa do bairro Irajá, a "Passeata da Panela Vazia", que de fato não chegou a se realizar. Foi um movimento espontâneo, pensado por mulheres ainda com pouca experiência política, mas que era muito legítimo e protestava contra a carestia e o desemprego que se vivia em São Bernardo. Na época, Brasília estava sob intervenção e o movimento repercutiu como uma ameaça das mulheres de São Bernardo ao governo Montoro, o que levou a uma repressão muito forte, ainda que contasse com apenas 200 mulheres.

Na impossibilidade de sair a passeata, fizemos um ato público no centro da praça, e naquele momento foi eleito um Comitê Provisório com mulheres dos diferentes bairros presentes, que se chamou Comitê das Donas-de-Casa contra a Carestia e o Desemprego.

O passo seguinte foi a realização do 1º Encontro de Mulheres de São Bernardo.

E como foi o Encontro? Quais foram suas conclusões?

Ele foi realizado no dia 10 de março de 1983 e contou com a participação de cerca de 500 mulheres. Além de discutir a situação política da mulher em São Bernardo, a situação econômica da população da cidade, a dificuldade de participação da mulher nas lutas dos bairros ou nas lutas gerais, o Encontro concluiu pela necessidade de formação de uma entidade de mulheres que tivesse como objetivo a conscientização e organização da mulher em torno das suas lutas específicas e que entendesse também que a libertação da mulher passa pela libertação de toda a classe trabalhadora e pela construção de uma sociedade socialista. O comitê foi formalizado em meados de 1984.

Como se organiza o Comitê? Quantas mulheres participam?

No que diz respeito à sua direção, à época da legalização do Comitê elegeram-se uma diretoria, para fins legais. De fato atuamos com uma diretoria executiva formada por nove mulheres de diferentes bairros e com um Conselho composto por representantes de todos os bairros, onde se tomam as decisões mais gerais, de forma coletiva. Embora não tenhamos feito um trabalho de associação ao Comitê, podemos dizer, pelas experiências já vividas, que temos condições de mobilizar com grande facilidade uma média de 300 mulheres, tanto para os eventos mais gerais como para uma organização mais sistemática nos próprios bairros. Nossa preocupação é criar neles comissões de mulheres que discutam as questões da mulher e participem das lutas dos bairros e também das lutas gerais, como da Constituinte, hoje.

Que tipo de lutas e reivindicações o Comitê encampa?

O Comitê participou da Campanha das diretas, integrando a ida a Brasília, onde foi a maior delegação (dois, entre vinte ônibus). Participamos diretamente

da campanha das diretas no município; voltamos a Brasília, com a CUT, na luta pelas 40 horas semanais; atualmente participamos do Movimento de Mulheres pela Alimentação, na campanha do leite. Em São Bernardo funcionam dois postos, conquistados após sete meses de discussões com a Secretaria de Abastecimento e Agricultura do Estado. O Comitê cresceu muito com a questão do leite, que para nós tem sido um instrumento de conscientização e organização, à medida que a dona-de-casa percebe que é a primeira que se preocupa com a questão da carestia. Ao colocar a necessidade dela vir para a luta e participar, costumamos dizer que "leite é sinônimo de luta". A dona-de-casa começa a enfrentar questões como a de não ter com quem deixar as crianças, e aí discutimos a creche; ou a saúde, à medida que se debate a alimentação; ou ainda a assistência prestada nos poucos postos de saúde existentes nos bairros.

Qual é a composição social do movimento?

Pela própria definição dos seus objetivos, não vemos a possibilidade do Comitê trabalhar com todas as mulheres, sem diferenciação de classe. A mulher burguesa, apesar de sofrer opressão e marginalização como mulher, não estaria disposta a abrir mão de seus interesses de classe para assumir a luta pela transformação da sociedade. Assim, o Comitê tem como base as donas-de-casa, principalmente da região de periferia. Na dietetia, temos também funcionárias públicas e professoras. Apesar de São Bernardo ser uma região basicamente operária, contamos ainda com um número muito pequeno de mulheres que trabalham em fábrica. Esta é uma limitação que pretendemos superar à medida que o Comitê vai ganhando o respeito como entidade de mulheres.

Como essas mulheres têm percepção do feminismo, da luta contra a opressão específica das mulheres e como o Comitê trabalha esta questão?

Temos algumas experiências. Em alguns bairros, a questão aparece a partir do momento em que a mulher sai para lutar, muitas vezes por melhores condições de vida, e descobre que o trabalho doméstico é responsabilidade única dela, assim como a criação dos filhos, que não é partilhada com o marido. A partir daí começa a enfrentar dificuldades dentro de casa: horário de reunião, não poder sair à noite, atrasos do jantar, dificuldade de creche.

Em outras regiões, quando colocamos que o Comitê estava preocupado com a libertação da mulher, o trabalho doméstico, a educação diferenciada, a opressão da mulher, e principalmente a sexualidade, isto as despertou: elas queriam discutir a sexualidade, saber porque não temos os mesmos direitos dos homens, porque somos discriminadas, porque a mãe solteira é repudiada, porque temos que casar com pessoas de quem não gostamos ou escolhidas pelos pais.

Estas são duas experiências distintas: ou a mulher chega à questão da sua lu-

ta específica a partir da própria prática da militância geral no movimento popular ou já se encontra motivada para esta discussão. Por aí vamos dirigindo o trabalho no Comitê.

Agora vocês vão formar uma Casa da Mulher. Como surgiu esta idéia? O que muda?

A Casa da Mulher de São Bernardo é, desde o início, um sonho de todas nós, como um espaço para centralizarmos o trabalho, criar um atendimento médico-ginecológico apropriado à mulher, fornecer cursos de sexualidade, de formação política, até mesmo de alfabetização de adultos, implantar um serviço de assistência jurídica para assessorar a mulher na defesa de seus direitos e no enfrentamento da violência, que é uma realidade na vida de tantas mulheres. Outra questão que nos preocupa é a formação de quadros, ou seja, de mulheres preparadas para assumir o trabalho no bairro, o que já está ocorrendo na experiência do leite. A idéia da Casa concretizou-se mais a partir do leite, quando a prefeitura local, reconhecendo a importância do trabalho, ofereceu-nos uma casa, e estamos em fase de acertos administrativos para assumi-la. Com a Casa da Mulher em funcionamento, nosso trabalho vai ganhar uma qualidade nova.

E você, como despertou para a luta contra a opressão específica das mulheres?

Tenho mais de 16 anos de prática política. Em 1970 fui condenada pela L.S.N. e durante nove anos militei na clandestinidade. Isto me dá uma experiência um pouco diferente em relação ao feminismo. Quando resolvi assumir uma prática militante sistemática, já naquela época eu achava que isto só podia se dar dentro de uma organização. Eu havia terminado meu primeiro casamento, que foi uma escola teórica e prática do machismo. Era uma dona-de-casa de classe média, zelosa das minhas funções, e evidentemente tudo isto foi checado na prática. A dissolução do casamento foi muito importante porque me fez ver que era uma pessoa oprimida mas não tinha clareza disto. Com a militância organizada e a relação com os companheiros dentro do movimento a coisa se transformou e consegui um espaço de igual para igual.

Mas mesmo depois de anistiada em 1979, não via com bons olhos o trabalho desenvolvido por grupos de mulheres. A minha preocupação com a mulher se deu basicamente quando vim para São Bernardo e, ao iniciar um trabalho popular no bairro, pelo Partido dos Trabalhadores, comecei a perceber que a mulher, de maneira geral, não estava preparada para enfrentar uma discussão ombro a ombro com o homem. E muitas nem se davam conta disto. Assim, em função do próprio trabalho fui levada a fazer reuniões com as mulheres, com o objetivo de fortalecê-las nisto. E é evidente que nestas discussões surgiam as questões específicas e comecei a descobrir que no meio das mulheres com quem trabalhava estavam muito longe até de ser percebidas.

Posso dizer que as mulheres da periferia é que me mostraram a necessidade de um trabalho efetivo dentro do feminismo.

Agora, tenho uma experiência de vida que me marca profundamente como mulher. Eu estava grávida quando fui condenada e meu companheiro havia sido preso e torturado. Tive que fugir para São Paulo. Depois de nascer a criança, tive que entregá-la a meu pai, pois estava condenada. Esta opção foi uma forma que encontrei de continuar a militância e ao mesmo tempo continuar a ver a criança, já que eles, como pais, não tinham que me denunciar. Como meu pai havia sido militante integralista, você pode imaginar a barra. Quando fui anistiada, pedi meu filho de volta e, argumentando que eu continuava militando, inclusive no Partido dos Trabalhadores, meu pai se recusou a me entregar a criança. Fui obrigada a abrir um processo para pedi-la, vindo a descobrir que ele havia, através de um processo escuso, conseguido a posse de meu filho, alegando que eu o havia abandonado e nunca mais procurado.

Perdi a causa, sob a argumentação de que não havia cumprido com minhas funções de mãe, em troca da militância política. Como está dito no processo: "ela preferiu o partido ao próprio filho". Assim perdi definitivamente a posse do meu filho e isto me marca muito. Talvez registrando isto em algum lugar, quem sabe ele possa ler, algum dia, entender e até mesmo ser um companheiro de luta. Penso, que, enquanto mulher, tenho o direito de escolher minha vida, seu objetivo, traçar seus rumos, sem obedecer as definições pré-determinadas de uma sociedade em que não acredito. Na realidade, então, esta sociedade me julgou duas vezes e por duas vezes fui condenada pelo mesmo crime.

Qual é o papel da luta das mulheres, na construção de uma sociedade socialista?

Acho fundamental o trabalho com mulheres, porque é impossível se pensar na transformação da sociedade sem pensar na transformação da mulher. Não só porque ela é hoje maioria na sociedade brasileira, mas também pelo seu papel na família. Ela não é só a reprodutora biológica, mas a reprodutora da ideologia do capitalismo, da classe dominante, da opressão. Lutar pelos direitos da mulher é começar a construir desde já um mundo novo que vai exigir novos valores e códigos morais, uma mulher diferente.

Hoje priorizo o trabalho com mulheres exatamente por isto. É um trabalho cansativo, lento, mas extremamente gratificante, pois à medida que descobre sua opressão, ninguém segura mais a mulher. Ela tem um papel importante também na formação/transformação da própria ideologia dos companheiros de luta, que dificilmente percebem a questão da mulher, reproduzindo no partido, na militância, a opressão da sociedade capitalista. Com este trabalho acho que avançará mais rápido o processo de transformação da sociedade e de destruição do capitalismo.

Palestinos e Soberania Libanesa

A meta colonial americana no Oriente Médio passou a incluir ostensivamente a interdição do aeroporto de Beirut, o que equivale a sufocar o que resta da independência do Líbano. É um ato de prepotência imperial. O pretexto invocado é a retaliação por causa do sequestro do avião da TWA. O objetivo é escudar a ocupação e partilha sirio-israelense do país do cedro.

A cena montada ajuda a velar o escândalo da falsa retirada israelense. Os sírios aproveitam a celeuma para distrair a opinião árabe e mundial do massacre dos palestinos através de unidades xiitas traídas por uma direção corrompida.

Falsa retirada

Os militaristas de Tel Aviv simulam uma retirada, como forma de conviver com a pressão das massas populares israelenses que já não suportam mais o custo material (um milhão de dólares por dia), as perdas humanas (várias centenas de mortos, milhares de feridos e mutilados e um número não revelado de pessoas enlouquecidas pelos horrores da guerra) e a desmoralização da derrota inapelável.

Fingem sair mas não renunciam à política de ocupação. Apenas substituíram seus próprios soldados exaustos e deprimidos pelos mercenários de Antoine Lahad — um militar que perdeu a honra ao aceitar a farda e as armas, o rancho e o soldo, o comando e o apoio logístico do ocupante estrangeiro. Israel continua violando a soberania do Líbano.

A deslealdade do governo Peres-

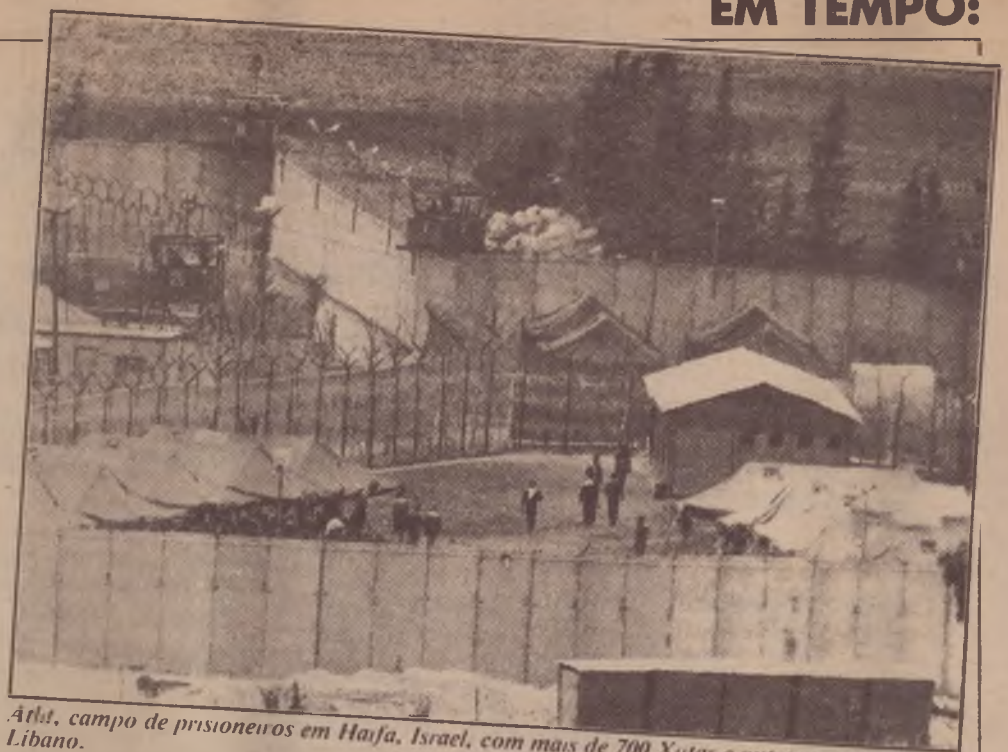
Shamir para com o povo israelense impede a divulgação dos entendimentos secretos para a libertação dos reféns americanos. Peres e Rabin mentem aos judeus, dizendo-se alheios às tratativas intermediadas pela Síria para a permuta dos reféns americanos pelos prisioneiros xiitas. Na verdade, não tinham alternativa senão ceder às imposições de Reagan. Ao mesmo tempo enganaram as lideranças xiitas, retendo mais da metade dos prisioneiros levados ilegalmente para a prisão de Atlit, ao arrepio da lei e dos usos civilizados.

Palestinos traídos

É trágico que os refugiados acampados em Chatila — lembrai-vos de Sabra e Chatila — sejam novamente massacrados, desta vez pelos seus aliados da véspera. Os remanescentes da diáspora palestina no Líbano, lá confinados pelos governos árabes reacionários que lhes negaram guarida, foram agredidos com inaudita violência logo depois de terem lutado lealmente, ombro a ombro, junto com os libaneses xiitas contra o invasor israelense.

O ataque a Chatila e Barajneh atinge profundamente o quadro político libanês que se recompunha à base da organização independente de xiitas e drusos, cuja frente política já foi rompida por combates fratricidas.

Esses dois movimentos, um sob denominação religiosa e outro sob a forma nacional, vinham assumindo a organização autônoma das camadas pobres da população libanesa, mesmo sob o peso duma dupla ocupação. Com o apoio combatente dos palestinos ajudaram a enxotar as hostes de Rabin.



Atlit, campo de prisioneiros em Haifa, Israel, com mais de 700 Xiitas e outros capturados no Líbano.

Era o prenúncio dum saneamento das relações entre palestinos e xiitas, relações que tinham sido envenenadas pelo arbítrio da direita militarista palestina subordinada à Síria.

Esse desenvolvimento político deixava os ocupantes sírios em má postura, privando-os dos pretextos para continuar ocupando a parte mais fértil do país (o vale do Bekaa). Em lugar do dilaceramento recíproco, as correntes populares libanesas se uniam para isolar o partido falangista da burguesia compradora.

O ataque aos palestinos, que não podem consentir em ser desarmados como ensina sua própria experiência no Líbano, em realidade é uma ruptura em favor da Síria. Em lugar das formações políticas conforme os interesses e objetivos dos vários segmentos e camadas sociais, a obsoleta fórmula dos bandos sectários segundo linhas confessionais. O ataque aos palestinos decreta um retrocesso político porque pressupõe a superação, embora mo-

mentânea, da organização política laica, segundo posições de classe pelo ajuntamento segundo a credence e a superstição.

Tributo às superpotências

Essas reviravoltas não estão alheias às tratativas para o encontro e possível ajuste entre Reagan e Gorbachov. O americano não poderia enfrentar o rival humilhado pela retenção de dezenas de americanos por uma guerrilha nos escombros de Beirut. O russo precisa que seu cliente sírio jogue as pedras que, no momento da negociação, sua diplomacia não pode atirar contra as vidraças e o telhado da Casa Branca.

Como vem acontecendo desde o tempo do czarismo, o Oriente Médio é objeto de partilha e divisão em esferas de influência entre o Kremlin e seus rivais, os imperialistas ocidentais. Com essa política, estão semeando os ventos de futuras tempestades. A menos que os povos tomem seu destino em suas próprias mãos. (I.A.)

Polônia: o processo de Gdansk

CYRIL SMUGA

Por ter, segundo a ata da acusação, **“participado da direção e de atividades de uma organização ilegal denominada Comissão Provisória de Coordenação** (do sindicato Solidariedade - o que o procurador se “esqueceu” de dizer) **com o objetivo de provocar perturbações da ordem pública organizando, em desrespeito à lei, uma greve de protesto de quinze minutos no dia 28 de fevereiro de 1985”**, Wladyslaw Frasnuk, Bogdan Lis e Adam Michnik foram condenados respectivamente a três anos e meio, dois anos e meio e a três anos de prisão.

Esta condenação faz parte do endurecimento da repressão iniciado em janeiro. Mais de duzentos prisioneiros políticos foram novamente enviados aos calabouços do general Jaruzelski. Mas a personalidade dos condenados - dois antigos dirigentes nacionais e regionais do sindicato e um opositor “histórico” - e o desenvolvimento do processo, dão à condenação um valor exemplar. Os três foram libertados no ano passado, após a anistia (Michnik e Lis sem serem julgados, Frasnuk após ser condenado a uma pena de seis anos). Esta condenação coloca, portanto, fim às tentativas do regime de construir uma imagem “liberal”. As acusações contra eles baseiam-se unicamente nos testemunhos da polícia política.

O desenrolar do processo foi um exemplo do gênero: a imprensa estrangeira foi excluída, a sala lotada por policiais a paisana, os acusados impedidos de se exprimir pelo presidente do tribunal, os advogados submetidos à pressões... Em suma, tudo foi feito para que ninguém duvidasse que o tribunal estava implementando uma decisão do poder central.

Num momento marcado pelas mobilizações que massas que se seguiram ao assassinato do padre Popiuluszko e por lutas fracionais no seio da burocracia, o governo de Jaruzelski soube dar uma demonstração de força. Mas, simultaneamente, ele evidenciou a futilidade das esperanças de reconciliação **“do poder com a sociedade”**, esperanças manifestas ainda há pouco tempo, em fevereiro deste ano, por Lech Walesa e Zbigniew Bujak.

As vésperas de novas altas importantes do preço da carne (num momento em que o Solidariedade já lançou um chamado à greve), três meses antes da renovação da Dieta (cujas eleições o Solidariedade chamou a boicotar) e quando nenhuma perspectiva de melhoria da situação de vida se coloca no horizonte dos trabalhadores, este endurecimento pode ter o efeito contrário ao que espera a burocracia. E contribuir para provocar não a submissão e a resignação mas uma revolta e uma mobilização em maior escala.



Reunião em uma fábrica em Cracóvia



A crise do regime e a

Em uma situação de grave crise econômica e de grande radicalização do movimento de massas, um promissor e importante processo de unificação das forças revolucionárias da República Dominicana. Aqui, uma entrevista com uma delegação da Frente de Izquierda Dominicana, que reúne a totalidade das organizações de esquerda daquele país.

Paralelamente ao processo de unificação das forças revolucionárias e populares em curso na República Dominicana, este país conhece um aprofundamento da crise do regime controlado pelo Partido Revolucionário Dominicano (PRD), um partido ligado à social-democracia internacional. Esta crise se desenvolve sob o efeito redobrado da evolução da situação política regional das Caraíbas, por um lado, e por outro, das consequências da crise econômica e das pressões do Fundo Monetário Internacional sobre o governo do presidente Salvador Jorge Blanco. O ritmo da reaproximação das forças revolucionárias acelerou-se, então, nestes últimos anos, ao mesmo tempo em que se agudizavam os enfrentamentos de classe que deveriam dar lugar às rebeliões da fome em abril de 1984.

Antes de precisar os momentos decisivos deste processo de unidade, devemos lembrar que a evolução dos debates no seio da esquerda revolucionária dominicana em meados dos anos 70 levou à convergência, desde 1981, de três organizações: o Movimento Socialista dos Trabalhadores (MST), o Núcleo Comunista dos Trabalhadores (NCT) e o Partido Socialista (PS), que realizaram uma fusão para criar o Bloco Socialista (BS). Esta formação revolucionária, cujo primeiro congresso aconteceu em junho de 1981, foi a força motriz de um processo mais amplo de unidade de ação no seio do campo operário e popular.

Um primeiro patamar foi atingido por ocasião das eleições presidenciais, legislativas e municipais de 16 de maio de 1982, com a apresentação de duas coalizões eleitorais de esquerda: de um lado, a Esquerda Unida (IU), que reagrupava o BS, o Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD) e a União Patriótica Anti-imperialista (UPA) e, de outro lado, a Unidade Socialista (US), onde se encontrava novamente o Partido Comunista Dominicano (PCD) e duas pequenas organizações socialistas, o Movimento pelo Socialismo (MPS) e o Movimento de Unidade Socialista (MUS).

O debate entre estas diferentes correntes políticas devia desembocar na formação, em 14 de junho de 1983, da Frente de Esquerda Dominicana (FID) que reagrupa o que há de essencial nas forças operárias e populares de esquerda deste país, a saber: o BS, o PSD, o PTD, o MPS, o UPA, militantes da IU e a Liga Comunista Revolucionária (LCR), grupo simpatizante da IV Internacional que, por sua vez, integrou-se ao BS em janeiro de 1985.

Em 1984, o acordo imposto pelo FMI em contra-partida à renovação de um empréstimo de 450 milhões de dólares, ocasionou altas muito importantes nos preços dos alimentos de base e provocou, em reação e durante vários dias, a partir de 23 de abril de 1984, uma verdadeira explosão social.

O saldo foi uma violenta repressão que deixou dezenas de mortos e feridos. Trágico paradoxo da história, essas rebeliões aconteceram no dia do 19º aniversário do levante, em 24 de abril de 1965, dos partidários do ex-presidente

Juan Bosch e dos militares constitucionistas que o imperialismo norte-americano reprimiu de forma sangrenta pela intervenção de 42 mil soldados.

Vários meses após as rebeliões da fome de abril de 1984, novas ações reivindicatórias aconteceram no início do ano de 1985, que conduziram à organização de uma importante greve geral de 24 horas, em 11 de fevereiro de 1985, na preparação da qual o FID desempenhou um papel central.

A seguir uma entrevista coletiva com os companheiros Antonio Aquino, Carmen Sanchez e Enrique Pichardo, sobre a evolução da situação política e social na República Dominicana como também sobre a situação do processo unitário das forças revolucionárias e populares neste país.

— **Como se constituiu a Frente de Esquerda Dominicana (FID)?**

— **Representante da FID** — A política do regime dominicano desenvolveu as tensões sociais, provocando uma deterioração significativa dos direitos democráticos. Compreendendo a amplitude da crise do regime e do caos social atual, assim como as numerosas inquietações que fazem nascer no seio do povo dominicano, as correntes revolucionárias que, até 14 de junho de 1983, estavam separadas em duas frentes diferentes, chegaram a um acordo para constituir o FID. Naturalmente o FID nasceu depois de muitas discussões. Esse acontecimento político suscitou grande esperança no povo dominicano, com muita razão, por sinal, mas também criou um grande pânico nas fileiras das forças reacionárias.

Doravante, entretanto, esta corrente unitária torna-se irreversível. As forças revolucionárias possuem hoje a convicção de que sem unidade, não há força e que sem força não há vitória possível. Esta constatação política criou as condições para que, além das divergências ideológicas e políticas sobre a apreciação da situação do movimento comunista internacional e da situação internacional geral, os revolucionários dominicanos colocam no primeiro plano de seu debate unitário a discussão referente à realidade local.

Isto não quer dizer que negamos as di-

ferenças existentes entre os diversos componentes do FID. Cada organização pode expressar-se no FID nos termos que lhe parecerem os melhores e isto é válido para todo e qualquer acontecimento. Contudo, a FID não tem como objetivo ver tratados em seu bojo, problemas deste tipo. O essencial é que existe um consenso em torno do fato de que não podemos continuar tolerando a presença dos monopólios estrangeiros, a situação neo-colonial em que vive nosso país e nem o fato de que o proletariado e as massas pauperizadas do campo continuem a suportar o peso da opressão e da exploração. Em consequência disto, é um dever unirmo-nos e unificarmos o povo.

Fora estes dois elementos, estamos certos de que não existe nenhuma força no mundo, capaz de impedir a revolução dominicana. Nossa perspectiva revolucionária, aliás, não se situa a longo prazo. É a nossa geração que deve encabeçar o movimento revolucionário e popular para acabar com a dominação, libertar nosso povo, tornar próspero nosso país e criar, enfim, as condições para o estabelecimento da ditadura do proletariado. Estes são os nossos objetivos e é em torno deles que permaneceremos unidos.

— **A unificação de organizações que possuem tradições políticas e organizativas diferentes, coloca, sem dúvida, problemas. Como vocês resolveram estes problemas de funcionamento no interior da FID e nas relações entre a FID e o movimento de massas?**

— **Representante da FID** — Em primeiro lugar, no seio da FID, partilhámos o mesmo ponto de vista sobre a análise da situação atual e sobre a via a ser seguida pelo movimento revolucionário. Logo, os problemas que surgirem são relegados a um segundo plano. De qualquer maneira, existe um excelente estado de espírito e de coordenação entre os revolucionários das diferentes organizações.

E, muito frequentemente, na prática, torna-se impossível dizer quem é membro do Partido dos Trabalhadores Dominicanos, do Partido Comunista Dominicano ou da União Patriótica.

Isto não significa, no entanto, que to-

dos os problemas estejam resolvidos. Ainda existem os que se manifestam por alguns comportamentos vanguardistas ou alguma forma de sectarismo. Mas são comportamentos que atribuímos ao passado. Isto é normal mas não representa a corrente majoritária no interior da FID. Representa, antes, uma corrente em declínio histórico.

Um outro problema é inerente à estrutura da FID. Até novembro de 1984, a FID era uma coordenação e não propriamente uma Frente Revolucionária. Delegações de cada uma das organizações se faziam representar nas diferentes instâncias da FID. Por conseguinte, frequentemente, apenas 15% ou 20% das energias eram consagradas à FID, a maior parte do militância sendo efetuada no quadro da organização política de origem. Era impossível continuar desta maneira, a menos que se pensasse que a FID não passava de uma tela de cinema ou de um movimento de agitação e de propaganda. Para transformar a FID num movimento revolucionário, era preciso tomar as medidas organizativas correspondentes a esta decisão política.

Tratava-se também de ligar a Frente à classe operária e às massas populares. Aí está um outro elemento importante. A maioria das organizações de massa que, durante anos, desempenharam um papel importante nas lutas populares, estão, hoje, sob a influência política da FID.

Passos a frente foram dados, na estruturação da FID, com a criação de uma direção única sob a forma de Comissão Executiva, verdadeira direção política habilitada para tomar decisões sem consultar a Assembleia Plenária. Esta Comissão Política é a única instância que funciona sob a forma de consenso, sendo que todas as outras decidem por maioria. Na Comissão Política o princípio do consenso foi adotado porque, se fizéssemos pressão para que as decisões fossem tomadas por maioria, isto teria provocado a desconfiança de alguns.

Por ora, a FID não tem porta-voz fixo. Ela dispõe de um órgão, o jornal **Abril**. A Comissão Política tem um porta-voz permanente, mas como a direção da FID é composta por membros de diversas organizações políticas, o cargo de porta-voz toca em cada mês ao repre-



Abril de 1984: os dominicanos vão às ruas contra o FMI

unificação das forças populares

sentante de uma organização diferente. Em outras instâncias também existe mais ou menos a mesma forma de organização, mas não corresponde a uma decisão política que deve ser seguida em todas elas. Há, pois, regiões e comitês zonais que dispõem de um porta-voz permanente.

Estes responsáveis locais da FID são eleitos pela assembléia de militantes de todas as organizações de uma zonal, de uma província ou de uma região. Eles dispõem da autoridade real e moral necessária para preencher as funções de dirigente da FID nestas zonais. Isto nos permitiu fazer grandes progressos no plano da eficácia. Ninguém mais questiona a origem política a que pertence tal ou qual secretário político de um comitê zonal, de um comitê de cidade ou de província. Este foi um grande avanço político.

De fato, muito frequentemente, até novembro passado, quando queríamos tomar decisões, era preciso reunir previamente cada organização, em separado. Agora, a direção política da FID, a direção nacional, as direções regionais, provinciais, zonais e mesmo as frentes de massas, são verdadeiras direções coletivas.

É importante notar também que criamos um departamento nacional para as frentes de massas. Este departamento está subdividido em sub-departamentos compostos de militantes responsáveis por setores de intervenção bem definidos: campo, operários urbanos, juventude, cultura etc. Antes, não tínhamos nem programa, nem projeto. Agora temos um projeto político e sabemos a cada momento o que queremos e como haveremos de obtê-lo.

Para um bom número de revolucionários da América Latina, o movimento de massas é tudo e o objetivo não é nada. Foi por isto que cometemos inúmeros erros. Nós também, na República Dominicana, conhecemos momentos difíceis por termos desejado ceder ao espontaneísmo e à improvisação. Chegamos à conclusão de que era impossível fazer política nessa base. Certamente, isto é reflexo de uma certa maturidade política. Mas o mais importante é que conseguimos construir uma organização de revolucionários e ligá-la por um cordão umbilical político de grande alcance tático e estratégico ao movimento operário e camponês e às massas populares de um modo geral. A interpenetração do movimento das massas e do movimento político consciente estimulou e reforçou o movimento de massas e o próprio movimento revolucionário, se bem que é impossível que um se desenvolva à margem do outro. Esta interrelação permitiu realizar a unidade entre o movimento de massas e o movimento revolucionário.

A FID não é uma simples soma dos grupos políticos que a constituíram. Dezenas e dezenas de revolucionários que não eram militantes de organizações políticas, integraram os comitês da FID. Eis porque a FID não pode mais agir como se não passasse desta soma das diferentes organizações.

— No decorrer do mês de abril de 1984, a República Dominicana conheceu uma importante onda de agitação social. As massas populares saíram às ruas para protestar contra os planos do FMI aplicados pelo governo dominicano. Qual foi o papel da FID na organização e orientação política deste movimento de protesto popular?

— Representante da FID — Durante este período, a FID ainda não havia atingido o grau de desenvolvimento e de coordenação que possui hoje. Apesar disto, de janeiro a março de 1984, impulsiona-



Abertura do Congresso do Bloco Socialista

mos grandes mobilizações de massas por todo o país. A denúncia da política governamental e as mobilizações contra as consequências do acordo com o FMI, criaram as bases da reação do povo dominicano em abril de 1984. Esta, foi marcada por um certo espontaneísmo mas, na sua origem, foi organizada e decidida pela direção política da FID. Naquela ocasião, a FID não estava convencida de que aquele movimento de origem local, teria alcance nacional. Eis porque pode-se falar em espontaneísmo, sem no entanto negar a existência de uma direção política deste movimento. Os dois elementos estavam presentes.

Na época desta "insurreição popular" feita com pedras, o povo dominicano não atirou uma só bala. O governo do Partido Revolucionário Dominicano no entanto, ordenou uma repressão que fez mais de 100 cadáveres, 500 feridos e 5.000 presos. Para o governo, isto não tinha a menor importância, pois em 26 de abril de 1984, na rádio e na televisão, o presidente felicitava a guarda e a polícia por sua conduta "exemplar".

Os acontecimentos de abril de 1984 criaram uma nova situação do país. As relações entre as classes modificaram-se substancialmente. O povo se deu conta de que não podia continuar a viver como vinha fazendo até então. Isto é que modificou totalmente a situação política dominicana. A partir daí, criou-se o que chamamos de situação pré-revolucionária.

— As grandes mobilizações de janeiro de 1985, colocaram à prova a FID. Que balanço vocês fizeram delas?

— Representante da FID — Sobre este assunto, publicamos um texto que se chama "Um balanço para a ação". De fato, é mais que um balanço, pois ele define a orientação política que devemos seguir no futuro. Estas mobilizações de começo de 1985, foram um sucesso. Elas representam a resposta do povo dominicano a uma política anti-popular. No dia 28 de janeiro, começamos as paralisações parciais de trabalho. Nesta ocasião, o governo deu ordens para reprimir pensando que os acontecimentos de abril de 1984 se repetiriam. Mas nós não estávamos dispostos a encaminhar ações temerárias. É claro que queremos conduzir o povo ao poder, mas não pensávamos em fazê-lo em 28 de janeiro último. Queríamos articular o "protesto", reforçar o grau de organização, acumular uma série de elementos que já existem para tornar mais próximo o momento decisivo da tomada do poder. Eis porque, quando o governo pôs as tropas nas ruas, respondemos com paralisações de trabalho. As tropas não acharam ninguém pa-

ra combater, pois enviaram-nas para reprimir um povo que não havia saído de casa. As paralisações no trabalho e as mobilizações culminaram com uma greve de 24 horas, em 11 de fevereiro. Foi um importante acontecimento político.

Na verdade, é difícil paralisar um país em 90 ou 95% de suas atividades. Ora, em São Domingos o comércio e a indústria pararam de funcionar. Mesmo os turistas que, antes da greve, se encontravam em hotéis, logo os abandonaram. As mobilizações de janeiro/fevereiro, funcionaram como um aviso anunciando ao povo dominicano o começo de um período de luta contra seus opressores.

Agora, a primeira tarefa é fortalecer a luta das massas contra o FMI e, para bem encaminhá-la, é necessário precisar a sua orientação. O próximo objetivo é uma outra greve nacional, mais longa e mais ampla que a anterior. Esta deverá engajar os novos setores sociais que se aproximaram nas últimas greves. Greves parciais, mesmo locais, regionais, ou setoriais, servirão como preparação para a segunda greve nacional, para que esta obtenha uma adesão mais ampla e dure mais tempo.

Ao nível reivindicativo, é necessário concentrar a atividade expropriatória ou o controle do Estado sobre o capital financeiro e não sobre o conjunto do capital. Isto se traduz hoje pela necessidade de uma nacionalização do sistema bancário e de um controle das divisas. Para reforçar esta mobilização é preciso impulsionar a coordenação na sua base. Todas as organizações populares devem se juntar à Coordenação Nacional de Massas.

As instâncias de base desta Coordenação devem existir a nível municipal, regional e nacional. Para concluir, pensamos prosseguir a mobilização num quadro de um processo de acumulação de forças e de radicalização de luta.

— A radicalização dos movimentos populares na República Dominicana é incontestável. Entretanto, por duas vezes seguidas, vocês evocaram o caráter pré-revolucionário da presente situação. Poderiam precisar que elementos são levados em conta pela FID para se chegar a tal caracterização?

— Representante da FID — Existem vários fatores. Os mais importantes são aqueles sobre os quais insistimos ao longo desta entrevista, isto é, os avanços na Coordenação e a organização das massas populares, assim como a influência que a FID ganhou. Mas ainda há uma coisa. Os grupos dominantes — por exemplo, o partido que está no poder, o PRD — ficaram profundamente desacreditados aos olhos da massa e os ou-

tros mantenedores do sistema se encontram em estado ainda mais lamentável. É um elemento político de grande importância e eis porque a Igreja intervém como mediadora, sem no entanto conseguir obter um acordo entre as formações políticas do regime. Eles têm a esperança de que nós nos contemos com uma confrontação eleitoral com a direita. Ai está uma armadilha na qual pensam que iremos cair. A FID ainda não discutiu esta questão. Mas preferimos que não haja debate, pois nosso maior desejo é o de que o enfrentamento final aconteça antes disso. Mas se este enfrentamento não se realizasse e nós tivéssemos que debater o problema eleitoral, nós o faríamos mais tarde. Por ora, esta discussão não está em nossas prioridades.

A hierarquia eclesiástica reaparece na cena política e esta é uma prova real da fraqueza do regime. Certamente, a Igreja é um poder ideológico do regime, mas ela prefere, em geral, manter-se distante dos "redemoinhos", da política para enganar melhor ao povo.

Por outro lado, as principais instâncias do regime, a Câmara de Deputados e de Senadores conhecem uma crise permanente. No ano passado, essas estruturas passaram mais de dois meses sem poder exceder suas funções, pois não haviam conseguido nem mesmo chegar a um acordo para designar seu secretário. Durante um período havia até mesmo dois presidentes para cada Câmara. Depois de novembro de 1984, o projeto orçamentário estava pronto, mas os eleitos não haviam conseguido o quórum necessário para discutí-lo.

A República Dominicana está a deriva, ninguém confia mais em suas instituições, os próprios defensores do regime se mostram inquietos com esta situação. O nível de corrupção e de putrefação que este regime conseguiu atingir é inacreditável. Não existe mais autoridade. Na cidade de Santiago, por exemplo, há já um bom tempo que o governador não preenche mais suas funções. Ou ainda, o Banco Central, que se tornou um simples escritório de contabilidade. Ele não controla mais a emissão de dinheiro. Além do mais, os grupos dominantes encontram mais um problema de fundo que se constituiria num povo indignado por um acordo anti-nacional e anti-popular com o FMI e um movimento revolucionário implantado no movimento de massas. São estes fatores objetivos que criaram uma situação diferente. É por isso que dizemos que nos encontramos em uma situação pré-revolucionária. Todo mundo concorda em que estamos a beira do desmoronamento do regime.

Reforma Agrária

Governo já cede às pressões do latifúndio

A retórica que marcou o lançamento do projeto de reforma agrária do governo cede lugar ao frio cálculo burguês. Sobre a pressão dos latifundiários, o governo adia a execução do início do projeto e ameaça com a lei e a força os invasores de terra.

ISAAC AKCELRUD

Nelson Ribeiro já ameaça os invasores com o código penal

A crise brasileira, passo a passo, vai se aproximando da transparência política. Os interesses de classe vão ficando cristalinos. É cada vez mais claro para um número cada vez maior de pessoas, antes desinteressadas e despolitizadas, o que cada corrente e partido, cada político, governador ou ministro, está querendo. Dá para identificar quem fala e age pelo latifúndio, pelos grandes bancos, ou serve direto de megafone para os sanguessugas das multinacionais e do FMI.

A vez do frio cálculo burguês

No atual debate sobre a reforma agrária, já vai sendo posta de lado a hipocrisia da "função social da terra" e outras demagogias afins. É a vez do frio cálculo burguês. Assim, o competente sr. Bresser Pereira, que fala pelo governo paulista, diz honradamente que se trata da "consolidação do capitalismo no Brasil" porque "sem um mínimo de distribuição, para a qual a reforma agrária e a reforma tributária são fundamentais, será muito difícil fazer avançar a acumulação de capital neste país".

Já o ministro Nelson Ribeiro, que fala pelo grande proprietário de terras José Sarney, na postura de executivo da reforma agrária, sentença nas manchetes da imprensa mais reacionária que a "invasão da propriedade é crime". Declara o latifúndio inviolável e ameaça os trabalhadores rurais sem terra com as iras do Código Penal. Ainda não fez nada, mas já está chamando a polícia.

De sua parte, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, demonstra saber tudo sobre os exércitos privados dos grandes fazendeiros. "Não é verdade, disse o homem, eles não estão se armando. Eles já estão armados desde 1963". Claro. Preparavam-se para o golpe de 64. Eram os jagunços armados até os dentes no interior, a esquadra americana ao largo do litoral brasileiro, os generais e seus criados no poder. Daí nasceu o Estatuto de Terra, parido por uma comissão chefiada pelo contumaz entreguista Roberto Campos, agora feito senador da República pelos manipuladores do voto de cabresco em Mato Grosso.

No Congresso, por cima de siglas e partidos, está formada a bancada do latifúndio que, de saída, arrebanhou

63 deputados e 12 senadores. O senador Altevir Leal confessa que já foi o maior proprietário de terras do mundo, quando, em 1970, era dono de quase metade do Acre. Agora, alega que só tem 13% do Estado. O deputado Augusto Franco é dono de 5% do Estado de Sergipe.

E seu colega Carlos Alberto de Carli não vacila em convocar as multinacionais para a luta comum, já que "os maiores proprietários de terras no Congresso nada possuem em comparação com a Volkswagen, a Pirelli e a Nestlé". Para horror do sr. Bresser Pereira e demais homens de boa vontade que acham suficiente "remover o entulho pré-capitalista", eis que os mais autênticos tentáculos do grande capital são os maiores latifundiários deste país. Sob a ditadura militar com seu Estatuto da Terra, a penetração capitalista no campo se fez pela "via prusiana", concentrando e não partilhando a terra.

O latifundiário catarinense, Aldo Guella, deslinda a questão com mais penetração que os teóricos e economistas oficiais. "Se entrarmos na questão da função social da terra, temos que entrar na questão da função social da indústria: os salários satisfazem? O problema é muito mais complexo do que os próprios sem terra julgam". Guella tem faro de classe. Sem terra no campo, sem trabalho na cidade. Ocupação de terra, ocupação de fábrica. No fundo, é por isso que tanto o governo como seus críticos do latifúndio declaram fidelidade ao mesmo Estatuto da Terra.

É apenas uma divergência tática o que aflora do debate. Questão de prioridades, diz Roberto Campos. Antes a ordem dos fatores era: primeiro a tributação (embora se saiba que o latifúndio não paga imposto neste país); em seguida, a colonização privada, o loteamento agrícola para fortuna dos mais selvagens capitalistas e, só em último caso, a desapropriação. Agora, lamenta o senador, tudo começa pela desapropriação. Os defensores da "consolidação do capitalismo" gemem que isso é um mal entendido. Querem que os fazendeiros façam um mínimo de concessões apaziguadoras para que também eles se beneficiem da acumulação capitalista. Modernização; para eles, é o casamento do latifúndio com o capital.

O que temem os latifundiários

A proposta do governo, de saída, exclui 3,5 milhões de camponeses que "estão ou serão retidos em seus empregos pela dinâmica da agricultura empresarial brasileira". Isto quer dizer que um terço da massa camponesa fica como reserva de mão-de-obra para os capitalistas, como bóias-frias na agricultura de exportação ou nas favelas à disposição da burguesia para aviltar salários nas cidades.

Os 7,1 milhões de camponeses restantes receberão terra lá pelo ano 2.000 (dois mil). Isso vai em contagotas. No exercício 1985-86 a previsão é assentar apenas 100 mil camponeses. Como a discussão está esticando os prazos, já se viu que nem isso acontecerá. Então, de que têm medo os latifundiários armados até os dentes desde 1963? Não é nessa gota d'água que se afogará. O caso é que surgiu um fator novo, pois os trabalhadores rurais estão se organizando, lutam com crescente eficiência, audácia e independência política. O perigo está na capacidade das massas rurais ultrapassarem esse plano capenga já no primeiro embalo. O que nele se pode garimpar de positivo resulta da pressão das lutas. Logo não se trata de apoiar ou aceitar uma trégua, mas de intensificar a pressão camponesa.

Tanto é assim que, mesmo a Contag, entidade hoje politicamente atrelada ao governo da Aliança Democrática, tem que denunciar as omissões gritantes do plano do governo. Seu IV Congresso (25/30 de maio de 85), entre outras reivindicações decidiu exigir: extinção imediata do Getat e do Gebam, órgão dos serviços secretos para controle das questões agrárias no Pará e no Amazonas, realizando disfarçada intervenção federal nesses Estados; legalização das ocupações de terra pelos trabalhadores, ouvido o movimento sindical; desarmar as milícias particulares, apurar e punir os assassinatos de trabalhadores rurais e líderes sindicais; definição de área máxima para as propriedades rurais para impedir o crescimento do latifúndio.

Adiamentos e proteções

Essas reivindicações limitam e, portanto, contestam a propriedade capitalista. Não se trata apenas de produtividade, como pretende o governo. O que é condenado é o latifúndio, como tal, produtivo ou não. Também é desmas-

carada a demagogia da luta oficial contra a violência, pois não se move uma palha contra os exércitos ilegais nas fazendas, organizando militarmente assassinos profissionais. O latifúndio se identifica e alia com o crime organizado, é a própria máfia. Não é só a droga que movimentava os aeroportos ocultos na selva. Também servem para o contrabando de armas. Tanto e tantas vezes agredirão os trabalhadores que não será de espantar se, um dia, os sem terra forem buscar os meios de sua auto-defesa nos arsenais do latifúndio.

Nesse jogo de cartas marcadas, os prazos de "discussão" vão se dilatando. O primeiro adiamento apenas prepara as próximas protelações. O problema vai sendo empurrado até a Constituinte, onde as confederações da agricultura e da indústria pretendem formar maioria a peso de ouro. As caixinhas já estão escancaradas para as doações dos grandes bancos e das multinacionais. Em troca do recuo do governo, o latifúndio alivia a pressão. É posta em circulação nova embromação: não é o plano ideal, mas é isto ou nada. Nessas águas navega mais uma negociata. Para corrigir "erros de lançamento", e desfazer "malentendidos" o governo está gastando uns dez milhões em campanha de propaganda. Mais uma veia aberta.

Reforma agrária e o FMI

Essa compra de convívios nos meios de comunicação não altera nada. Apenas mais uma parcela da corrupção. O próprio projeto governamental admite a necessidade de "ampla articulação interministerial e intergovernamental", o que é apenas inalcançável e impensável para o regime Sarney. Essa exigência expressa funciona, na prática, como confissão de incapacidade para executar mesmo esse programa mixuruca.

De fato, é impossível cobrir os custos duma reforma agrária como prevê o projeto do governo e, ao mesmo tempo, continuar pagando os juros impostos pela agiotagem dos credores internacionais. Governo que corta na carne da Previdência Social não investe nos sem terra. Sem romper com o FMI não há reforma agrária. Os sem terra nada podem esperar da burguesia. Terão que conquistar a terra em aliança combativa com seus irmãos e companheiros operários das cidades. Não há outra saída.